



Diagnóstico
Econômico-Ambiental
do município de

ALMEIRIM, PARÁ

■
Paulo Amorim
Renato Morgado
Ana Luiza Violato Espada
Paulo Bittencourt
Marco Lentini
Roberto Palmieri



Diagnóstico
Econômico-Ambiental
do município de

ALMEIRIM, PARÁ

Paulo Amorim
Renato Morgado
Ana Luiza Violato Espada
Paulo Bittencourt
Marco Lentini
Roberto Palmieri

Belém 2010

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

Nome	Qualificação	E-mail
Paulo Amorim	Biólogo, M.Sc.	amorim@ift.org.br
Renato Morgado	Gestor Ambiental	renato@imaflorea.org
Ana Violato Espada	Engenheira Florestal	anaviolato@ift.org.br
Paulo Bittencourt	Engenheiro Florestal	paulo@ift.org.br
Marco Lentini	Engenheiro Florestal, M.Sc.	lentini@ift.org.br
Roberto Palmieri	Engenheiro Agrônomo, M.Sc.	palmieri@imaflorea.org

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica e Capa

Luciano Silva e Roger Almeida
www.rl2design.com.br

REALIZAÇÃO

INSTITUTO FLORESTA TROPICAL (IFT)
Rua dos Mundurucus, 1613. Jurunas, Belém, Pará, Brasil.
CEP 66025-660. Fone/Fax: (91) 3202 8300/8310. E-mail: geral@ift.org.br

INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA (IMAFLOREA)
Estrada Chico Mendes, 185. Caixa Postal 411. Piracicaba, São Paulo, Brasil.
CEP 13426-420. Fone/Fax: (91) 3429-0800. E-mail: imaflorea@imaflorea.org

APOIO

Fundo Vale

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA
PUBLICAÇÃO (CIP) DO DEPARTAMENTO NACIONAL DO LIVRO

D536d Diagnóstico econômico-ambiental no município de Almeirim, Pará / Paulo Amorim; Renato Morgado; Ana Luiza Violato Espada; Paulo Bittencourt; Marco Lentini; Roberto Palmieri. – Belém, PA: Instituto Floresta Tropical. Fundação Floresta Tropical; Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflorea), 2010.

132p.; 14x21 cm
ISBN 978-85-63521-01-9

1. CONSERVAÇÃO AMBIENTAL 2. MANEJO AGROFLORESTAL 3. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL 4. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 5. AMAZÔNIA ORIENTAL 6. ALMEIRIM I. Amorim, Paulo. II. Morgado, Renato. III. Espada, Ana Luiza Violato. IV. Bittencourt, Paulo. V. Lentini, Roberto. VI. Palmieri, Roberto. VII. Instituto Floresta Tropical – IFT. VIII. Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - Imaflora. IX. Título.

CDD: 333.714098115

Agradecimentos

As equipes do IFT e Imaflora gostariam de agradecer a todos os produtores comunitários, representantes de sindicatos e organizações sociais comunitárias, empresários locais, funcionários e colaboradores de organizações-chaves governamentais e não governamentais, e à sociedade de Almeirim de maneira geral pela receptividade e pelos inúmeros dados e informações que compuseram este diagnóstico. Agradecemos também as organizações fora de Almeirim que gentilmente cederam técnicos e representantes para participar de trabalhos de campo e de eventos realizados em Almeirim, em especial à Ceplac, SEMA-Pará, Ideflor e SEDUC-Pará.

O IFT e Imaflora também agradecem ao apoio do Fundo Vale, que desde o princípio deste projeto demonstrou interesse e suporte às atividades realizadas. Ambos os institutos gostariam de manifestar agradecimentos ao Instituto Peabiru, que na porção final desta primeira fase do projeto *Almeirim Sustentável* o apoiou em algumas atividades desenvolvidas.

Dados secundários foram obtidos de diversas instituições, destacando o Imazon, INPE, SEPE, SEPOF, Pará Rural, Iterpa, Adepará, SEMA-PA, Ideflor, UFPA, IBGE, Ipam, ICMBio, STTR, Prefeitura de Almeirim, Fundação Orsa, Museu Goeldi e Embrapa Oriental.

Finalmente, os autores agradecem aos colegas dentro das respectivas organizações que colaboraram para o perfeito andamento dos trabalhos e execução das atividades, destacando as equipes administrativas e financeiras do IFT e Imaflora e aos técnicos do IFT André Miranda, João Adriano Lima, Rone Brito e Serginando Reis.

Sumário

Lista de Siglas e Abreviaturas	8
Lista de Tabelas	10
Lista de Figuras	11
Apresentação	12
Seção I: Caracterização Sócioeconômica de Almeirim ..	14
Contextualização do Município	15
1. Aspectos Históricos	15
2. Aspectos Culturais	16
Elementos Territoriais, Físicos e Biológicos	17
1. Localização Municipal	17
2. Clima	17
3. Geologia e Relevo	18
4. Tipologias de Solos	18
5. Hidrografia	19
6. Cobertura Vegetal	20
7. Patrimônio Ambiental	20
8. Infraestrutura	21
8.1 Energia	21
8.2 Comunicação	23
8.3 Transportes	24
Indicadores Sociais e Econômicos	24
1. População	24
2. Índice de Desenvolvimento Humano - IDH	25
3. Empregos	25

4. As Principais Atividades Econômicas	26
4.1. Produto Interno Bruto Municipal	26
4.2. Produção Agropecuária	26
4.3. Produção Florestal	29
Ordenamento Territorial	32
Desflorestamento e Queimadas	33


Seção II: Levantamento Institucional de Almeirim 36

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater . . .	37
Fundação Orsa	38
Ouro Verde Agroflorestal	39
GTZ (Cooperação Técnica Alemã)	40
Prefeitura Municipal de Almeirim	40
Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - Adepará .	42
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	43

Seção III: Diagnóstico Agroflorestal das

Comunidades Rurais de Almeirim 46

Caracterização Sócio-ambiental das Comunidades Rurais . . .	47
1. Zona I	47
2. Zona II	50
3. Zona III	54
4. Zona IV	59



Análise das Cadeias Produtivas Agrícolas e Florestais das Comunidades Rurais de Almeirim	63
1. Cacau nativo	64
2. Castanha	70
3. Açaí	76
4. Madeira	80
5. Andiroba	80
6. Outros Produtos Florestais Não-madeireiros Potenciais . . .	81
7. Farinha	81
8. Outros Produtos Agrícolas	82

Seção IV: Percepções da Sociedade Local sobre o

Desenvolvimento no Município de Almeirim	86
Percepções dos Empresários do Setor Florestal	86
Percepções dos Representantes de Instituições-chaves	88
Percepção da População Urbana de Almeirim	93
Percepções da População Rural de Almeirim	98

Seção V: O Seminário de Fechamento do Diagnóstico Econômico-ambiental e Reflexões para a Segunda

Fase do Projeto Almeirim Sustentável.	102
O Plano de Trabalho da Fase II do Projeto Almeirim Sustentável.	105

Bibliografia e Referências	108
---	-----

Anexos	111
---------------------	-----

Anexo 1. Material e Métodos	112
-----------------------------------	-----

Anexo 2. Mapa de Localização Municipal	122
--	-----

Anexo 3. Mapa Topográfico de Almeirim.....	123
--	-----

Anexo 4. Mapa de Solos de Almeirim.....	124
---	-----

Anexo 5. Mapa de Infra-estruturas de Almeirim	125
---	-----

Anexo 6. Mapa de Vegetação e do Uso do Solo de Almeirim ..	126
--	-----

Anexo 7. Mapa Fundiário de Almeirim	127
---	-----

Anexo 8. Mapa das Zonas Potenciais Produtivas Comunitárias de Almeirim	128
---	-----

Anexo 9. Mapa de Uso Econômico Empreendido por Comunidades Rurais de Almeirim.....	129
---	-----

Anexo 10. Mapa do Potencial Agroflorestal das Comunidades Rurais de Almeirim.....	130
--	-----

Anexo 11. Mapa de Localização Comunitária de Almeirim ...	131
---	-----

Anexo 12. Mapa de Potencial Agrícola Empreendido pelas Comunidades Rurais de Almeirim	132
--	-----

Lista de Siglas e Abreviaturas

ADEPARÁ	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BASA	Banco da Amazônia S.A
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DRS	Desenvolvimento Rural Sustentável
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GTZ	Cooperação Técnica Alemã
IBAMA	Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDEFLOR	Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará
IFT	Instituto Floresta Tropical
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia

IMAFLORA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAM	Instituto de Pesquisa da Ambiental da Amazônia
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PFNM	Produto Florestal Não Madeireiro
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PIB	Produto Interno Bruto
PRODES	Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite
SECTAM	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação do Pará
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SEPE	Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos
SEPOF	Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UC	Unidade de Conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará
ZEE-PA	Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará



Lista de Tabelas

Tabela 1. Áreas protegidas, órgão responsável, área total, municípios abrangidos e área inserida no município de Almeirim.	21
Tabela 2. Evolução populacional, densidade demográfica, população urbana e rural do município de Almeirim, 1980-2007.	25
Tabela 3. Descrição do PIB por setor da economia de Almeirim, 2007.	26
Tabela 4. Informações censitárias da pecuária levantadas pela Adepará de Almeirim, 2009.	27
Tabela 5. Produtos agrícolas, quantidade produzida, área colhida, valor da produção e rendimento (R\$/ha) em Almeirim, 2008.	28
Tabela 6. Perfil da produção extrativista e da silvicultura em Almeirim, 2006-8.	29
Tabela 7. Perfil da produção madeireira de florestas nativas em Almeirim, 2006-9.	30
Tabela 8. Desmatamento acumulado até 2009 nos municípios de São Félix do Xingu, Novo Progresso, Almeirim e Paragominas, no estado do Pará.	34
Tabela 9. Síntese das dificuldades identificadas nas principais cadeias de valor das comunidades de Almeirim.	83
Tabela 10. Síntese das informações quantitativas nas principais cadeias de valor das comunidades de Almeirim.	84

Lista de Figuras

Figura 1. Incremento do desmatamento no período de 2001 a 2009 para os municípios de São Félix do Xingu, Novo Progresso, Almeirim e Paragominas, no estado do Pará.	35
Figura 2. Conhecimento das políticas públicas de desenvolvimento e tecnologias locais no município de Almeirim pela população urbana, 2010.	93
Figura 3. Principais preocupações apontadas pela população urbana de Almeirim referente às deficiências e oportunidades que o município pode gerar, 2010.	94
Figura 4. Principais expectativas/visão para o desenvolvimento de Almeirim na opinião de entrevistados da área urbana, 2010.	95
Figura 5. Expectativas da população urbana de Almeirim sobre as tendências e vocações de desenvolvimento local e regional no intervalo de 10 a 20 anos, 2010.	96
Figura 6. Atividades mais importantes para o desenvolvimento de Almeirim na percepção da população urbana municipal, 2010.	97
Figura 7. Problemas/dificuldades para o desenvolvimento almeiriense na percepção da população urbana municipal, 2010.	97
Figura 8. Percepção da população rural de Almeirim quanto aos principais problemas que dificultam a vida de quem mora e trabalha na zona rural, 2010.	99
Figura 9. Atividades econômicas escolhidas para desenvolver o município a partir de suas riquezas e vocações na percepção da população rural de Almeirim, 2010.	99
Figura 10. Percepção da população rural de Almeirim sobre a importância da floresta e agricultura, 2010	100
Figura 11. Perspectivas de desenvolvimento local e regional entre 10-20 anos na percepção da população rural de Almeirim, 2010.	101



Apresentação

Passados 18 anos da Rio-92, vivemos em tempos em que há um consenso de que o desenvolvimento sustentável e a conservação dos biomas existentes são metas universais para a evolução da humanidade. Neste contexto, a Amazônia Brasileira é uma das regiões cruciais para a conservação, uma vez que descobertas científicas das últimas duas décadas demonstraram seu papel fundamental na regulação do clima do planeta e na estocagem e manutenção de serviços ambientais e biodiversidade. O desafio posto a sociedade brasileira é de, então, conciliar o desenvolvimento econômico e a conservação da Amazônia, de uma forma justa e paritária com os mais de 21 milhões de pessoas que vivem na região.

Também vivemos em dias nos quais, argumentavelmente, investimentos maciços terão de ser feitos na Amazônia para que esta meta seja alcançada, da ordem de algumas dezenas de bilhões de reais nos próximos 20 anos. Enquanto a origem destes recursos não está clara, e na escassez de iniciativas concretas para a remuneração das populações rurais Amazônicas, que são os verdadeiros guardiões da biodiversidade, existe ainda uma carência de modelos simples e replicáveis para o desenvolvimento em escala municipal que possam auxiliar no desenvolvimento sustentável. Embora os esforços regionais e nacionais de diminuir o desmatamento na Amazônia, aprimorar tecnologias de monitoramento remoto e comando e controle e reforçar os sistemas de gestão sejam importantes, é preciso que os municípios da Amazônia também tenham benefícios advindos da conservação, ao invés de apenas repartirem os ônus relacionados ao embargo de iniciativas de desenvolvimento econômico convencional.

O projeto *Almeirim Sustentável: um novo paradigma de desenvolvimento verde* nasceu desta necessidade de estabelecer novos modelos. Esta iniciativa audaciosa foi forjada em 2009 pelo Instituto Floresta Tropical (IFT) e pelo Instituto de Manejo e Cer-

tificação Florestal e Agrícola (Imaflora), que juntos formam uma importante coalizão independente para o manejo de recursos agrícolas-florestais na Amazônia oriental. O projeto foi prontamente apoiado pelo Fundo Vale, e busca catalisar ações para que a própria sociedade Almeiriense encontre seu caminho, baseado em suas próprias escolhas e vocações, em direção ao desenvolvimento sustentável. O projeto parte da premissa antagônica existente na Amazônia de que os recursos devem ser voltados apenas aos municípios com alta taxa de desmatamento, o que seria equivalente à lógica de “apagar o incêndio”. Em vez disso, acreditamos que municípios como Almeirim, com um alto percentual de áreas protegidas e que já possui na atividade florestal uma fonte significativa de geração de rendas e empregos, merece também especial atenção para que o desenvolvimento verde seja buscado enquanto os problemas típicos de dezenas de outros municípios da Amazônia originados pela adoção do modelo convencional de desenvolvimento econômico ainda não estão presentes.

Este diagnóstico é a primeira etapa que o IFT, Imaflora e Fundo Vale propõem nesta jornada. Visa socializar informações coletadas por equipes de especialistas junto a produtores, comunitários, empresários, representantes do governo local e sociedade em geral de Almeirim para subsidiar a discussão de qual são as melhores ações em direção ao desenvolvimento sustentável. Por esta razão, o IFT e Imaflora gostariam muito de ouvir a opinião de toda a sociedade local para estas questões. Não apenas isto, mas convidamos todas as organizações e sociedade local em apoiar esta iniciativa e reforçar tais esforços. Não é nossa intenção, frisamos, dizer o que Almeirim deve fazer, mas, em vez disso, ajudar a sociedade local em seus melhores projetos, iniciativas e vocações. Acreditamos que vale a pena tentar.

Quaisquer comentários, dúvidas e sugestões ao projeto ou ao presente produto podem ser enviados ao IFT e Imaflora, pelos e-mails geral@ift.org.br ou imaflora@imaflora.org.br, respectivamente.



SEÇÃO I
CARACTERIZAÇÃO
SÓCIOECONÔMICA
DE ALMEIRIM



Contextualização do Município

1. Aspectos Históricos

A origem histórica do município de Almeirim apresenta duas versões diferentes. A primeira indica como marco histórico a construção de um forte pelos holandeses em uma aldeia denominada Paru e a segunda atribui a origem do município aos frades capuchos de Santo Antônio que construíram a aldeia do Paru como zona de catequese para os índios da região (IBGE Cidades, 2005; SEPOF, 2008). Em 1758, a aldeia adquiriu categoria de Vila, passando a chamar-se Almeirim. Entretanto, na época da Independência, veio a ser extinta.



Em 1985, Almeirim foi palco do movimento da Cabanagem, sendo invadida e quase totalmente destruída. Com o advento da República, em 1890, readquiriu categoria de Vila e no mesmo ano ganhou a de município. Porém, em 1930, o então município foi extinto, sendo seu território anexado ao de PRAINHA, mas retornando a antiga posição no mesmo ano (UFPA, 2008). Segundo a divisão territorial do Estado do Pará, em 1936, Almeirim foi apresentado subdividido em quatro distritos: Almeirim, Boca do Braço, Santana do Cajari e Santo Antônio do Caracuru. Em divisão territorial datada em 1988, o município fica constituído dos distritos de Almeirim, Arumanduba e Monte Dourado, permanecendo assim desde essa data (IBGE Cidades, 2005; SEPOF, 2008).

2. Aspectos Culturais

As manifestações culturais do município caracterizam-se, principalmente, pelas realizações de festividades religiosas em homenagem a diversos santos, com maior destaque à festa da padroeira da cidade, Nossa Senhora da Conceição, realizada em dezembro, e de São Benedito, realizada em junho. Os dois eventos são praticados pela sociedade almeiriense com muita devoção, com a realização de novenas, procissão e araiá (SEPOF, 2008). Destacam-se também a dança do gambar, realizado pela família Castro a mais de 100 anos, que são remanescentes de quilombos residente no município. Além disso, o município se destaca regionalmente como berço musical, artístico e futebolístico. Todos os anos, em agosto, é realizado a Feira de Arte e Cultura de Almeirim – FEARCA, sendo a maior festa do município, atraindo milhares de visitantes de toda a região. Duas outras importantes datas comemoradas são os aniversários do distrito de Monte Dourado e do município sede de Almeirim.

A cultura agrícola e extrativista é bem preservada, sendo que a segunda é mais representativa, com destaque a relação

histórica e cultural, pelo domínio e apropriação do conhecimento sobre os ecossistemas e atividades de baixo impacto sobre o ambiente. Desta forma, embora a sociedade de Almeirim anseie pela mudança no cenário local para o desenvolvimento, é a favor da manutenção da reprodução das tradições sociais históricas. Neste âmbito, as comunidades rurais mantêm a tradição de importantes eventos, que são os festivais da castanha, dourada, camarão e do acarí.

Elementos Territoriais, Físicos e Biológicos

1. Localização Municipal

Com uma área de 72.960 km² (IBGE Cidades, 2005)¹, Almeirim localiza-se na mesorregião do Baixo Amazonas e na microrregião de Almeirim (Anexo 2). A sede municipal está entre as coordenadas geográficas 01°31'15" S e 52°34'45" W (SEPOF, 2008). Almeirim é limítrofe ao norte com o Suriname e Estado do Amapá, a leste com o Amapá e o município de Gurupá, ao sul com os municípios de Porto de Moz e Prainha, e a oeste com os municípios de Monte Alegre, Alenquer e Óbidos (SEPOF, 2008).

2. Clima

Segundo classificação de Köppen, o clima de Almeirim é do tipo Am quente e úmido (ZEE-PA, 2009), com média mensal de temperatura mínima superior a 18° C, estação seca de pouca

¹ Almeirim é o quarto maior município em extensão territorial do estado do Pará e o oitavo do Brasil. Apenas para fins de comparação, Almeirim é maior em extensão territorial do que o estado da Paraíba, que por sua vez contém 56 mil km².



duração, umidade elevada, amplitude térmica inferior a 5° C e disponibilidade de água no solo (SEPOF, 2008). A precipitação varia de 1900 a 2300 mm (ZEE-PA, 2009), com distribuição irregular durante o ano. A estação chuvosa vai de dezembro a junho, sendo que as chuvas são mais intensas no mês de março, já o verão equivale de julho a dezembro com valores de pluviosidade inferiores a 60 mm (SEPOF, 2008).

3. Geologia e Relevo

As características geológicas são bastante complexas, tendo em vista que a estrutura geológica é composta por rochas do período Pré-Cambriano, onde se incluem os complexos Guianeses (granitos, migmatitos, granulitos, etc.). Na porção média do território do município, encontra-se uma extensa faixa na qual estão expostos os sedimentos Paleozóicos da Bacia Amazônica, que engloba a formação Trombetas (Siluriano), Formação Curuá (Devoniano Superior) e Formação Itaituba do Carbonífero Médio (SEPOF, 2008). Devido a essa heterogeneidade, a forma de relevo do município de Almerim (Anexo 3) caracteriza-se por apresentar áreas serranas ao Norte, com cristais, inselbergs e colinas, *cuestas* e estruturas tabuliformes na porção central e baixos platôs, terraços e várzeas ao sul, inseridas nas unidades morfoestruturais, Depressão Periférica Norte do Pará, Planalto residuais do Amapá e Colinas do Amapá (SEPOF, 2008).

4. Tipologias de Solos

O município se caracteriza por apresentar solo dos tipos latossolo amarelo de textura média argilosa, concrecionários lateríticos indiscriminados, distróficos textura indiscriminada, podzóico vermelho e amarelo de textura argilosa média, gleissolo e solos aluviais eutróficos e distróficos de texturas indiscriminadas (Anexo 4) (SEPOF, 2008).

5. Hidrografia

Destacam-se dois afluentes da margem esquerda do Rio Amazonas, os rios Paru de Este e Jarí. O primeiro atravessa o município desde a sua nascente até a sua foz. À montante do município, grande parte do seu curso apresenta trechos encachoeirados e a jusante, penetram em áreas sedimentares até desembocar no Amazonas. Seus afluentes principais são os rios Citaré, Itapecurú, Tucuranã, Paicuru e Urucurituba, todos pela margem direita (SEPOF, 2008).

O Rio Jarí, por sua vez, de curso paralelo ao Paru, nasce nos limites do Estado com o Suriname, e seu curso também segue a direção NW-SE. À montante, atravessa trechos encachoeirados de áreas cristalinas e é o divisor natural entre o estado do Pará e o estado do Amapá. Apenas seus afluentes da margem direita pertencem ao município, o igarapé Paruzinho, Ipitinga e Carecaru. À jusante, entra em contato com as rochas sedimentares até a sua embocadura no rio Amazonas (SEPOF, 2008). Este último destaca-se no sul do município, onde, em sua margem esquerda, se encontra a sede municipal e limites com os municípios de Porto de Moz e Prainha. Para este rio, convergem os rios Tuaré, Jataí e Paranaguara que limita com Prainha, todos pela margem esquerda (SEPOF, 2008).



6. Cobertura Vegetal

Almeirim possui diversos tipos de vegetação (ver Anexo 6), como floresta equatorial latifoliada com os subtipos floresta densa das baixas cadeias de montanhas em áreas isoladas (Serra do Tumucumaque, alto e médio curso do Rio Paru e alguns de seus afluentes), floresta densa sub-montana, floresta densa dos altos platôs, floresta densa dos terraços (mata ciliar), floresta densa sub-montana em relevo aplainado e acidentado, floresta aberta latifoliada (cipóal) e campos cerrados intercalando tratos de floresta densa em uma gama diversificada de relevo, até encontrar a margem do rio Amazonas, onde predominam campos e floresta aluviais (SEPOF, 2008).

7. Patrimônio Ambiental

Cerca de 80% de Almeirim está coberto por áreas protegidas (Tabela 1). Parte das áreas do município integra o maior corredor de biodiversidade do mundo, a partir da criação, em 2006, de cinco novas Unidades de Conservação que, somadas a outras Unidades de Conservação - UCs e Terras Indígenas das Guianas e estados do Amapá e Amazonas, formam o maior bloco contínuo de florestas tropicais protegidas oficialmente do planeta. Somado a isso, esta região integra o Escudo das Guianas, uma área com cerca de 90% de florestas intactas, representando 25% das florestas tropicais úmidas restantes no planeta (Figueiredo, *et al.*, 2008).



Tabela 1. Áreas protegidas, órgão responsável, área total, municípios abrangidos e área inserida no município de Almeirim.

Área Protegida	Órgão Responsável	Área Total (ha)	Localização (municípios)	Área inserida em Almeirim (ha)
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL				
Rebio Maicuru	SEMA	1.151.761	Monte Alegre e Almeirim	1.088.164
Esec do Jarí	ICMBio	227.126	Almeirim (PA) e Laranjal do Jarí (AP)	163.754
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL				
Flota do Paru	SEMA	3.612.914	Almeirim, Monte Alegre e Óbidos, Alenquer	2.104.888,5
TERRAS INDÍGENAS				
Rio Paru d'Este	FUNAI	1.195.786	Almeirim, Alenquer e Monte Alegre	1.060.812
Tumucumaque	FUNAI	3.071.070	Almeirim, Alenquer, Óbidos, Oriximiná (PA) e Laranjal do Jarí (AP)	1.449.136,80

Fontes: SECTAM (2006), SEMA (2007), ICMBio (2009).

8. Infraestrutura

8.1 Energia

O maior número de unidades consumidoras está na zona urbana. Em 2007, foram registradas 3.158 unidades consumidoras no município, sendo que deste total, 2.851 são unidades residenciais, 240 de uso comercial, 4 unidades industriais e outros 63 não identificados (SEPOF, 2008). No entanto, segundo Censo do IBGE, no município de Almeirim existe um total de 9109 unidades domiciliares (IBGE Cidades, 2007), o que demonstra um déficit muito grande com relação ao atendimento por energia elétrica.



Na maioria das comunidades rurais que não estão conectadas à termoeletrica da sede municipal, os moradores dispõem de pequenos geradores de energia a diesel com a funcionalidade de atender aulas noturnas, um pequeno grupo de casas no período noturno e eventos educativos e festivos.

No distrito de Monte Dourado, a empresa Jari Celulose atua como produtor independente de energia e, nessa condição, está autorizada pela Aneel a vender livremente no mercado, toda ou parte da produção. A autorização é tida como caráter excepcional pela Lei nº. 9074/95. A potência das usinas da Jari é de 55 megawatts (MW). A energia produzida atende 2.183 unidades consumidoras do distrito e das vilas de Munguba e São Miguel. O programa Luz para Todos está sendo implantado no município, atualmente está sendo feito o reforço na subestação de energia, bem como a instalação da rede de distribuição. O



objetivo é atender as comunidades rurais contempladas na etapa 7 deste programa (Aneel,2010)².

Em dezembro de 2009, o Ibama assinou a licença ambiental prévia do projeto de construção da usina hidrelétrica de Santo Antônio do Jarí. O projeto prevê a construção de uma usina com capacidade para 300 megawatts, o suficiente para abastecer uma cidade de 1,5 milhão de habitantes. A usina será construída no Rio Jarí, na divisa entre o Pará e o Amapá.

8.2 Comunicação

Na sede municipal, o sistema de comunicação é composto por telefonia fixa, gerenciado pela empresa Oi, concessionária de serviços de telecomunicações do Brasil. Não há nenhuma empresa operando o sistema de telefonia celular. As retransmissões televisivas são feitas pelos canais da TV Globo e Bandeirantes. Possuem duas rádios FM comunitárias (99 Mhz e 104 Mhz). Há serviços de internet de funcionamento precário.

Já no distrito de Monte Dourado, além do mesmo sistema de telefonia fixa, conta-se com serviços de telefonia celular operado pela TIM, com prefixo 93. No entanto, a população dispõe também dos serviços da operadora VIVO, com o prefixo 96, devido ao raio de atuação desta operadora, instalada no município vizinho de Laranjal do Jarí (AP). As retransmissões televisivas são feitas pelos canais da TV Globo e SBT, sendo que este último é gerado a partir do município de Laranjal do Jarí (AP). Há uma rádio comunitária FM (104 Mhz), porém, ouvem também as rádios comunitárias FM 87,9 e 97,9 do município de Laranjal do Jarí (AP). Há serviços de internet.

² Boletim Energia n°. 180 – Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/boletim180.htm>. Data da consulta: 09 de Agosto de 2010.



8.3 Transportes

A malha viária do município é composta pela PA-254 (estrada Acarapi), que interliga Almeirim ao município de Prainha, e a PA-473 (Monte Dourado - Almeirim), que atravessa o município no sentido Norte-Sul. Esta última rodovia tem extensão de 123 km, não é pavimentada e apresenta grandes dificuldades de trafegabilidade.

O melhor trecho de trafegabilidade pela malha viária de Almeirim compreende a região que o grupo Orsa desenvolve seus projetos de silvicultura. Este trajeto bem interligado entre comunidades é acessado pelo Distrito de Monte Dourado, localização dos empreendimentos industriais. Em Monte Dourado quase todas as ruas possuem asfalto e saneamento básico, diferente da sede, onde somente as ruas do centro são pavimentadas. Na zona rural do município, as estradas e vicinais não são pavimentadas (Figueiredo *et al.*, 2008). O acesso principal a Almeirim ocorre por meio de transporte fluvial, justificado pela densa rede hidrográfica existente na região, responsável pela maior parte do deslocamento de pessoas e mercadorias. Mas o transporte também pode ocorrer pelas rodovias - PA 473 e PA 254 (Anexo 5). É possível o acesso aéreo por meio de aeronaves de pequeno porte, utilizando o aeroporto distrital de Monte Dourado.

Indicadores Sociais e Econômicos

1. População

Segundo estimativa da Contagem de População 2007, o município de Almeirim apresenta uma população de 30.903 habitantes (IBGE, 2007), sendo que 59,7% dessa população vive

na zona urbana (Tabela 2). A densidade populacional (0,42 habitantes/Km²) é uma das mais baixas do estado. Um fato interessante é a relativa estagnação da população total de Almeirim desde a década de 1980, além de um aumento da urbanização da população no município.

Tabela 2. Evolução populacional, densidade demográfica, população urbana e rural do município de Almeirim, 1980-2007.

Anos	Área (Km ²)	População Total	Densid. Demográfica (Hab./Km ²)	População Urbana	% pop. urbana	População Rural	% pop. rural
1980	67.870	33.082	0,49	4.851	14,66	28.231	85,34
1996	73.287	35.963	0,49	17.163	47,72	18.800	52,28
2000	72.960	33.957	0,46	18.916	55,70	15.041	44,30
2007	72.960	30.903	0,42	18.458	59,72	12.445	40,28

Fonte: IBGE, 2007.

2. Índice de Desenvolvimento Humano - Idh

O valor médio do IDH de Almeirim equivale a 0,745, superior ao valor do Estado do Pará (0,723) e inferior ao valor mediano do Brasil (0,766; IPEA, 2000). Entretanto, o município, na verdade, apresenta duas condições bem distintas sobre o seu IDH. O índice relativamente alto se deve a influência do desenvolvimento econômico maior do distrito municipal de Monte Dourado, que concentra projetos de produção florestal e transformação. Já na sede administrativa apresenta grande pobreza.

3. Empregos

O maior número de empregos está no setor de serviços, sendo o setor que possui a maior quantidade de estabelecimentos. Em segundo lugar, está a administração pública, e em ter-



ceiro a indústria de transformação (SEPOF, 2008). No município, são cadastradas 478 unidades locais segundo estatística do Cadastro Central de Empresas 2007, ocupando 7.324 pessoas (24% da população local) (IBGE Cidades, 2007).

4. As Principais Atividades Econômicas

4.1. Produto Interno Bruto Municipal

A economia de Almeirim está baseada majoritariamente no setor Industrial (indústria de celulose e transformação), que representa 47% do PIB municipal (Tabela 3), seguido pelo setor de prestação de serviços, com valor adicionado de 35%. A agropecuária tem pouca participação no PIB do município. Embora a participação de base agrícola seja insignificante para o PIB municipal, a produção agropecuária é importante para a subsistência das populações rurais do município.

Tabela 3. Descrição do PIB por setor da economia de Almeirim, 2007.

Descrição	Valor	Unidade
Valor adicionado bruto da agropecuária	33.378	mil reais
Valor adicionado bruto da indústria	199.964	mil reais
Valor adicionado bruto dos serviços	148.138	mil reais
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios	39.332	mil reais
PIB a preços correntes	420.811	mil reais
PIB per capita	13.617	reais

Fonte: Diretoria de Coordenação de Contas Nacionais (IBGE Cidades, 2007).

4.2. Produção Agropecuária

Conforme discutimos anteriormente, a agropecuária é pouco significativa para a economia formal de Almeirim, mas é um componente importante nas comunidades rurais. Segundo o IBGE, o município de Almeirim possui um total de 800 es-



tabelecimentos agropecuários, ocupando uma área equivalente a 155.197 hectares (IBGE Cidades, 2007). Existia em 2007 no município um rebanho de bubalinos³ e bovinos com 38.298 e 33.108 cabeças, respectivamente (IBGE Cidades, 2007). Já um censo recente (2009), promovido pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - Adepará, mostra uma realidade um pouco diferente. O estudo da agência indicou cerca de 1.400 propriedades de produção pecuária no município, povoadas por 27 mil cabeças de bovinos e 48 mil de bubalinos (Tabela 4).

Tabela 4. Informações censitárias da pecuária levantadas pela Adepará de Almeirim, 2009.

Descrição	Quantidade
Propriedades pecuárias	1.359
População bovina	27.152
População bubalina	48.174
População pequenos ruminantes	1.012
População suína	1.403
População bovino (gado branco + búfalo) por km ²	1,03

³ Segundo o IBGE (Censo agropecuário de 2006), Almeirim possui a maior produção de leite de búfala do estado, com 1,2 milhões de litros de leite produzidos em 2006, e a 2ª maior do Brasil, atrás apenas de Autazes (AM).



A atividade agrícola se caracteriza pelo cultivo de lavouras temporárias e permanentes, com destaque para o cultivo de banana, pimenta-do-reino e maracujá. Entre os cultivos temporários, as culturas mais importantes para a economia formal são o abacaxi, a melancia e a cana-de-açúcar. Há também destaque para a mandioca, feijão, milho e arroz em área plantada, variando de 120 a 260 ha (Tabela 5). A expressiva área destinada para a produção de mandioca, feijão, milho e arroz, em relação aos demais produtos agrícolas, relaciona-se com a produção de subsistência das 155 comunidades e localidades de Almeirim (ITERPA, 2007).

Tabela 5. Produtos agrícolas, quantidade produzida, área colhida, valor da produção e rendimento (R\$/ha) em Almeirim, 2008.

Lavouras Permanentes				
Produto	Quantidade Produzida (t)	Área Colhida (ha)	Valor da Produção (Mil reais)	R\$/ha
Banana (cacho)	420	70	420	6.000,00
Maracujá	151	18	227	12.611,11
Pimenta-do-Reino	82	41	312	7.609,76

Lavoura Temporária				
Produto	Quantidade Produzida	Área Colhida (ha)	Valor da Produção (Mil reais)	R\$/ha
Abacaxi	360 (Mil frutos)	40	180	4.500,00
Cana-de-açúcar	140 t	4	14	3.500,00
Melancia	300 t	12	120	10.000,00
Arroz (em casca)	343 t	258	197	763,50
Feijão	78 t	119	156	1310,90
Milho	274 t	160	123	768,70
Mandioca	1800 t	150	270	1.800,00

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (BGE, 2008a).

4.3. Produção Florestal

Almeirim é um município de grande potencial florestal, ainda insuficientemente explorado. Destaca-se a produção de madeira em tora de espécies de rápido crescimento para a produção de papel e celulose (Tabela 6). Almeirim possui grande riqueza de produtos florestais não madeireiros, que, no entanto, possuem pouca participação na economia formal do município.

Tabela 6. Perfil da produção extrativista e da silvicultura em Almeirim, 2006-8.

Produto	Ano			Valor da Produção em 2008 (Mil Reais)
	2006	2007	2008	
Açaí (fruto) (t)	80	81	80	80
Castanha-do-Pará (t)	170	172	168	201
Carvão vegetal (t)	7	7	6	6
Lenha (m ³)	212.756	215.482	198.695	2.384
Madeira em tora para papel e celulose (m ³)	1.485.063	1.481.504	1.126.400	65.894
Madeira em tora para outras finalidades (m ³)	521.874	516.758	454.685	25.190

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (IBGE, 2008b).

Produção madeireira de florestas nativas. O setor florestal, já importante na economia formal de Almeirim, possui um grande potencial de expansão no município diante das perspectivas e oportunidades para o uso racional das florestas naturais em regime de manejo florestal (em concessões de florestas públicas e florestas privadas). De fato, dados do IBGE, que consideram apenas uma estimativa da produção total em tora de florestas naturais em Almeirim, já estimam o valor da produção em R\$ 39 milhões, o que seria grosseiramente equivalente a 10% do PIB municipal. Entretanto, se analisarmos dados



mais detalhados da atividade madeireira na Amazônia, providos pelo Imazon, temos que o setor florestal de Almeirim de atuação em florestas nativas pode ter gerado em 2009 uma renda bruta de R\$ 51 milhões⁴, o que já seria equivalente a 12% do PIB municipal (Tabela 7). Uma vez que há algumas discrepâncias entre os levantamentos do IBGE e Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - Imazon, não é possível concluir se esta renda estimada da indústria madeireira local está incluída no cálculo do PIB municipal.

Tabela 7. Perfil da produção madeireira de florestas nativas em Almeirim, 2006-9.

Descrição	Valor	Fonte das informações
Produção de madeira em tora para fins industriais (2008/2009) (m ³)	209.003,20	Imazon
Produção de madeira serrada pela indústria (2008/2009) (m ³)	58.140,20	Imazon
Produção de compensados (2008/2009) (m ³)	1.043,00	Imazon
Rendimento médio no processamento de madeira (produção processada / produção em tora) (2009)	0,28	Imazon
Empregos gerados pela indústria madeireira local (florestas e indústria) (2009)	2.037,00	Imazon

⁴ Apenas para fins de diferenciação das atividades econômicas, a seção de Diagnóstico Agroflorestal das Comunidades Rurais de Almeirim explorará apenas aspectos da produção madeireira realizada por comunidades rurais em Almeirim e, portanto, não apresentará sobreposições com as estimativas apresentadas aqui.

Continuação **Tabela 7**

Descrição	Valor	Fonte das informações
Renda bruta total da indústria madeireira (R\$ mil) (2009)	51.015,37	Autores, a partir de dados de Lentini et al. (2005) e Imazon
Produção de madeira nativa em tora (2006) (m ³)	606.338	IBGE, 2008b
Produção de madeira nativa em tora (2007) (m ³)	617.948	IBGE, 2008b
Produção de madeira nativa em tora (2008) (m ³)	595.760	IBGE, 2008b
Valor da produção de madeira em tora nativa em 2008 (R\$ mil)	38.724	IBGE, 2008b

Existiam em 2009 quatro empresas explorando florestas naturais para a produção madeireira em Almeirim, incluindo o Grupo Orsa, que mantém atividades nas áreas de silvicultura (plantio de eucalipto) e também atuando no manejo de florestas nativas com menos intensidade na região do distrito de Monte Dourado. A Orsa/Jarí tem sido, historicamente, o maior responsável pela geração de empregos e verticalização econômica municipal, destacando-se fortemente na indústria de transformação de celulose.

Os grupos madeireiros locais optaram pelo município devido vasta riqueza florestal, além da localização geográfica estratégica a partir do sistema de escoamento rodo-fluvial para os principais mercados atuais e futuros, anuência de exploração dos recursos florestais a partir de contratos de uso público com o governo do estado, e as perspectivas de instalação de um porto alfandegário para alcançar o mercado internacional a partir de Almeirim.



Os representantes de três empresas que atuam na região do Paru, ao serem consultados pela presente pesquisa, listaram como os principais problemas que enfrentam para desenvolver o setor florestal a escassez de mão de obra treinada e especializada, as dificuldades logísticas com suprimentos de manutenção, a inexistência de parcerias público-privadas, o baixo interesse comunitário para o tema florestal, os problemas fundiários, a falta de vontade política nas três esferas de governo, a suposta tradição assistencialista à população e, finalmente, a demora na liberação de Planos de Manejo Florestal (PMFS) e do Plano de Operação Anual (POA) pelo órgão de meio ambiente responsável.

Diante da vocação florestal do município e pelas atividades de exploração em curso no perímetro regional do rio Paru, percebe-se que a geração de empregos pelo setor é muito baixa, tendo apenas uma única empresa beneficiadora na sede municipal. Grande parte da matéria-prima explorada nesta região é levada em toras para fora do município. Neste contexto, o setor justifica que o beneficiamento local é possível, desde que haja diálogos entre o setor produtivo e os governos.

Ordenamento Territorial

Parte do município está sobre jurisdição do Governo Estadual ou Federal. Atualmente, três são os instrumentos de ordenamento territorial que regem o uso do município, o Macrozoneamento do Estado do Pará, a delimitação das áreas protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas) e, na área urbana, o Plano Diretor Municipal (Figueiredo *et al.*, 2008). Segundo resultados preliminares do ZEE-PA (2009), o município de Almeirim está quase em sua totalidade na Zona



de Conservação, e apenas uma parte próxima à sede encontra-se na Zona de Consolidação. Essa distribuição das Zonas relaciona-se com o fato de que parte do município consiste em áreas protegidas. As informações da situação fundiária de Almeirim são ainda dispersas, gerando alguns conflitos pelo uso e posse da terra. Diante disso, o ITERPA está realizando um recadastramento das terras, principalmente dos limites das comunidades (ver mapa fundiário no Anexo 7)⁵.

Em junho de 2010, o Instituto de Terras do Pará (Iterpa) e as empresas Orsa Florestal S.A. e Jarí Celulose Papel e Embalagens S.A. firmaram termo de compromisso para garantir regularização fundiária às comunidades inseridas na faixa de abrangência do Projeto Jarí. O termo também possibilita a continuidade legal da execução do manejo florestal nestas áreas de comunidades.

Desflorestamento e Queimadas

O Pará contribui com a relação de municípios que mais desmatam na Amazônia Legal, tendo São Félix do Xingu o município campeão. Almeirim, entretanto, em outro extremo, continha, em 2008, 2,1% da área do município desmatada (Tabela 8) (INPE, 2008a), uma área equivalente a 150 mil hectares. Para conferir a evolução no desmatamento em Almeirim, a Figura 1 contém informações extraídas do banco de dados digital do PRODES/INPE que comparam o incremento do desmata-

⁵ O ICMBio afere que 1,2% (470km²) das terras do Parque Nacional Serras do Tumucumaque está em terras do estado do Pará (em Almeirim), porém, utilizou-se os polígonos do Decreto s/nº de 22 de Agosto de 2002, e esta informação não confere.



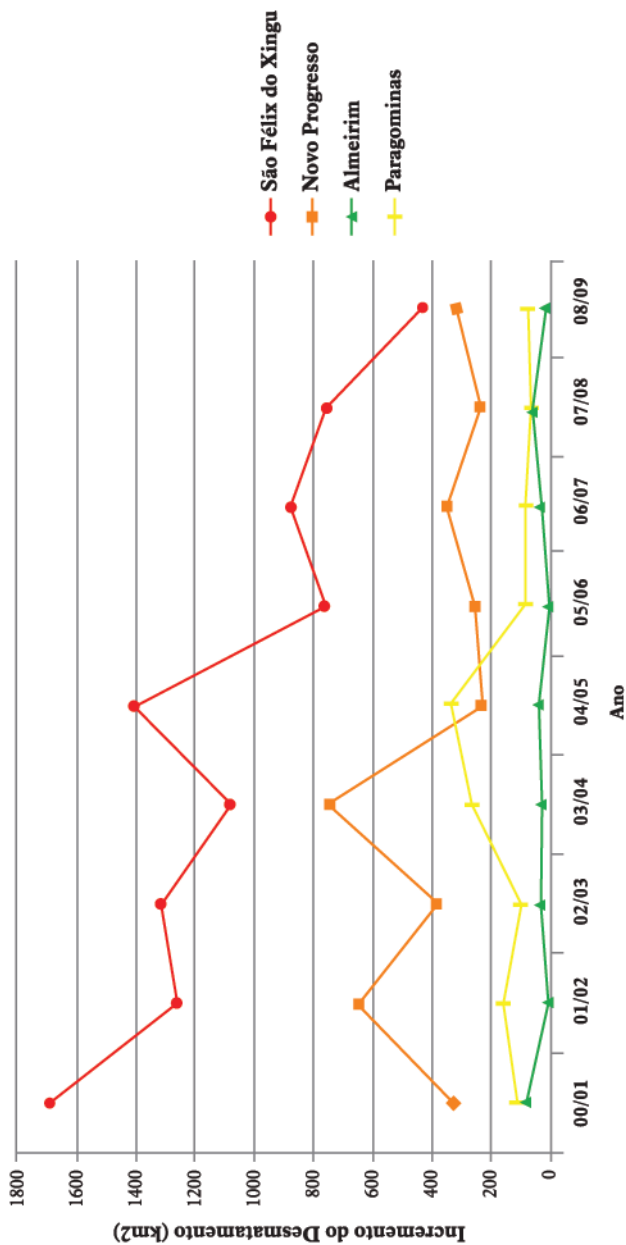
mento nos últimos 8 anos entre Almeirim e os municípios que mais desmataram nesse período, São Félix do Xingu e Novo Progresso (ver o Anexo 6 para informações de cobertura vegetal e pressão no município).

Tabela 8. Desmatamento acumulado até 2009 nos municípios de São Félix do Xingu, Novo Progresso, Almeirim e Paragominas, no estado do Pará.

Município/Estado	Área (Km ²)	Desmatado até 2009	% desmatado
São Félix do Xingu	84.249	16.621,4	19,78
Novo Progresso	38.183	5.263,5	13,78
Almeirim	72.969	1.693,2	2,25
Paragominas	19.452	8.473,7	43,56

Fonte: PRODES (INPE, 2008a).

Figura 1. Incremento do desmatamento no período de 2001 a 2009 para os municípios de São Félix do Xingu, Novo Progresso, Almeirim e Paragominas, no estado do Pará.



SEÇÃO II

LEVANTAMENTO INSTITUCIONAL DE ALMEIRIM

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater

O escritório local está localizado na sede do município e possui em seu quadro técnico 1 engenheiro agrônomo, 1 médico veterinário, 1 técnico agrícola e 1 assistente administrativo. Para a locomoção dos técnicos existem 5 veículos, sendo 2 automóveis, 2 motocicletas e 1 voadeira. A Emater não possui presença física no distrito de Monte Dourado. Nesta região, sua atuação ocorre em parceria com a Fundação Orsa e a Adepará. Percebe-se que o escritório local possui grande carência de recursos financeiros e técnicos para o desenvolvimento de suas atividades. O limite de pessoal e orçamento financeiro é apontado como causa principal da incipiente assistência e acompanhamento técnico aos agricultores. O trabalho desenvolvido pelos técnicos é principalmente a elaboração de projetos para liberação de crédito pelo Banco do Brasil e Banco da Amazônia, a emissão do DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) e participação na Política de Preço Mínimo⁶ do Governo Federal.

Os créditos liberados pelo Banco do Brasil são da linha DRS (Desenvolvimento Rural Sustentável). Os projetos financiados são de açaí e de castanha. Os créditos do Banco da Amazônia (BASA) são liberados através da agência de Monte Alegre. A inexistência de uma agência no município é considerada um entrave ao desenvolvimento local. A ação mais importante do escritório da Emater em andamento no ano de 2009 foi a liberação de créditos emergenciais aos atingidos pela cheia do Rio

⁶ O governo paga a diferença quando o preço de mercado está abaixo do valor mínimo estipulado. O objetivo é de proteger as comunidades extrativistas das oscilações de preço das matérias-primas.



Amazonas. Muito embora a Emater participe das liberações de crédito às famílias rurais, possui dificuldades para acompanhá-las em relação a extensão e assistência técnica rural.

Fundação Orsa

A Fundação originalmente possuía atividades exclusivamente relacionadas aos temas infância e adolescência. Há cerca de 4 anos iniciou projetos nas áreas agrícola e florestal. Os projetos atuais nesta linha de atuação incluem horticultura, melhoramento da farinha, fruticultura, curauá, eucalipto e castanha. Existe também um projeto de formação de agentes socioambientais em comunidades localizadas na área de influência do Grupo Orsa.

Segundo entrevistados, existem 98 comunidades na área de influência do Grupo Orsa nos municípios de Almeirim, Laranjal e Vitória do Jarí. Os programas de geração de renda da Fundação atingem 38 comunidades, escolhidas em função da logística de acesso e da relação das mesmas com o Grupo. As atividades desenvolvidas são escolhidas respeitando-se o interesse e a vocação de cada comunidade. As ações de fomento ocorrem com produtos com mercado garantido e dentro da visão de cadeia produtiva.

Os entrevistados afirmam que a presença de empreendimentos como o Grupo Orsa facilita parcerias comerciais. A fundação busca facilitar o acesso das comunidades às políticas públicas existentes e aproximar compradores que visam estabelecer uma relação comercial justa. Além disso, possui 6 técnicos agrícolas, sendo que 4 destes promovem assistência técnica às comunidades beneficiadas pelos projetos. O Grupo Orsa direciona 1% do seu faturamento bruto anual para a Fundação Orsa, a qual investe esse capital em tecnologias sociais em benefícios das populações em torno de seus projetos.



Constatou-se que o Grupo Orsa possui boas relações entre diversas comunidades nas diferentes zonas estudadas, principalmente as localizadas na região das estradas, onde há forte atuação do Grupo direcionado as atividades de silvicultura (eucalipto), agrícola (curauá) e apoio ao extrativismo florestal (castanha). No entanto, nas mesmas zonas, a atuação do Grupo Orsa é criticada em função de questões fundiárias mal definidas com as comunidades.

Ouro Verde Agroflorestal

Empresa de produtos florestais (principalmente castanha), recém-adquirida pelo Grupo Orsa. Segundo seu representante, a intenção da empresa é regular o mercado da castanha. A empresa comprou, em 2009, 4.500 hectolitros⁷ da castanha a um preço de R\$ 35,00/hectolitro, pagando ainda o frete do produto. Dessa forma, valorizou o produto acima do valor pago pelos atravessadores tradicionais. Percebe-se que as ações de compra da Ouro Verde tem provocado mudanças no mercado local em relação ao preço pago pelos atravessadores. A empresa se mostrou interessada em projetos futuros para os Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM), com fortes possibilidades de incursão nos processos de beneficiamento. As espécies oleaginosas e o cacau nativo estão entre seus projetos de prospecção.

⁷ Medida equivalente a 100 litros.



GTZ (Cooperação Técnica Alemã)

As ações da GTZ em Almeirim ocorrem em parceria com a Fundação Orsa. Na região do Vale do Jarí⁸, atuam em duas linhas de ações, uma em parceria com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), voltada para a gestão das Unidades de Conservação do Estado do Pará, e outra voltada ao fortalecimento das cadeias de valor de produtos da biodiversidade.

A GTZ acredita que os PFNM são abundantes regionalmente, com potencial a quantificar. Além disso, aponta que o principal entrave para o desenvolvimento rural de Almeirim e adjacências é o baixo nível de organização social (associativismo/cooperativismo), além do acesso e o conhecimento de mercados. Recentemente a GTZ, em parceria ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Almeirim (STTR), realizou um levantamento do potencial de extração de alguns PFNMs da região. Destaca-se o buriti para o início de um projeto de fomento com as comunidades que inclui aquisição de tecnologia para o processamento da farinha de buriti e acesso aos mercados.

Prefeitura Municipal de Almeirim

O foco de desenvolvimento rural da prefeitura é a agricultura, baseada fortemente na produção de mandioca e seus

⁸ Divisa entre os Estados do Pará e Amapá. Residem aproximadamente 125 mil pessoas entre os municípios que compreendem o Vale do Jarí (Laranjal do Jarí e Vitória do Jarí, no Amapá, e Almeirim no Pará). Fonte: Relatório Socioeconômico-Ambiental de 2005 - Grupo Orsa.



subprodutos, embora admitam que atualmente predomina apenas a agricultura de subsistência. A gestão municipal sofre graves problemas em sua administração, pois afirmam estarem inadimplentes, prejudicando o andamento de processos que possam contribuir no exercício administrativo. Este passivo público, segundo os entrevistados, é uma herança de gestões anteriores. Ressaltaram que existe uma boa relação com o governo do Estado, de forma que pleiteiam realizar mudanças e corrigir os erros que impedem o bom andamento da gestão pública municipal. Existe também a intenção de fomentar culturas anuais na área de várzea. A apicultura foi apontada como potencial e a agroindústria familiar como possível solução de desenvolvimento. Por igual valor e intenção, idealizam atividades no sistema agroflorestal, modernização da agricultura, uso e recuperação de áreas degradadas, além do apoio a pesca.



A prefeitura possui preocupação com a extração de madeira ilegal existente no município. Possuem dificuldades em lidar com a questão, pois a Secretaria de Meio Ambiente ainda não tem condições técnicas e legais para fiscalizar tais infrações. Afirmaram que a prefeitura, através de suas secretarias e coordenações, receberá em breve novos técnicos a partir do concurso público para vagas nas áreas de geologia, veterinária, ambiental, pesca, agricultura e floresta. A partir deste quadro, pretende-se progredir para a descentralização da gestão municipal na área ambiental junto ao Estado. Entendem que os recursos florestais



madeireiros poderão ser utilizados de forma sustentável e, para isso, aponta que o ideal seria o uso pelas próprias comunidades dentro da perspectiva de manejo florestal em pequena escala, agregando valor às práticas tradicionais de uso da terra como a agricultura de subsistência.

Ressalta-se que não foi identificado nenhum programa substantivo de fomento florestal e/ou agrícola realizado. Foi comentado que no município falta um mapeamento atualizado das comunidades, associado às atividades econômicas florestais e agrícolas, além de uma definição pontual sobre as questões fundiárias.

Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - Adepará

A agência possui a função de controlar a qualidade sanitária de produtos agropecuários. Segundo o entrevistado, existem deficiências de recursos financeiro, estrutural e humano para as atividades da agência. O escritório em Almeirim é formado por 1 Engenheiro Agrônomo, 1 Médico Veterinário e 1 Técnico. As vulnerabilidades sanitárias são bem presentes no município, destacando-se a mosca da carambola, doenças de bananeiras, baixo controle da aftosa e tuberculose nos rebanhos bubalinos e bovinos, e baixa qualidade e pouco controle sanitário em laticínios (queijo)⁹. O entrevistado ressaltou a existência de uma forte resistência dos produtores locais a ação da agência.

⁹ Um dos fatores que contribuem para este cenário é o mercado, já que a carne produzida é consumida no próprio município e o leite de búfala é vendido no Estado do Amapá e localmente.

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR

O STTR possui, atualmente, entre 1.700 e 2.000 associados. Tem havido um movimento de perda de sócios para a Colônia dos Pescadores, pois esta segunda organização supostamente oferece maiores benefícios, principalmente o acesso ao seguro-desemprego. Todas as comunidades possuem um delegado do sindicato, responsável por ser o elo entre as famílias e o STTR. Existem dois escritórios do sindicato, sendo um na sede do município e outro no distrito de Monte Dourado.



Segundo o STTR, a assistência técnica no município é deficiente. Ressalta ainda que os órgãos do governo responsáveis pelas políticas de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) não possuem condições mínimas para responder as demandas dos pequenos produtores do município. Nesse caminho, afirma que a única instituição que fornece alguma assistência técnica mais efetiva é o Grupo Orsa, mas somente no âmbito de seus projetos e produtos fomentados.

A ausência de estudos que apontem e quantifiquem o volume potencial de extração vegetal, sobretudo de produtos florestais não madeireiros, é uma lacuna para o planejamento das comunidades e aumento da renda das mesmas.

O Sindicato vem atuando nos processos participativos do ordenamento fundiário com o Instituto de Terras do Pará (Iterpa), de forma a garantir a segurança fundiária para os agricultores, posseiros, ribeirinhos e extrativistas, sobretudo a inclusão das áreas de uso comunitário nos processos de ordenamento, que tradicionalmente utilizam. Além disso, rotineiramente, apoia a classe em todas as atividades legais que o sindicato possa atuar, sobretudo na preservação dos direitos garantidos em Lei e, mais recentemente, tem participado de ações relacionadas as cadeias produtivas da castanha e buriti na perspectiva de garantir mercados e fortalecer a atividade.

SEÇÃO III
DIAGNÓSTICO
AGROFLORESTAL DAS
COMUNIDADES RURAIS
DE ALMEIRIM

Caracterização Sócio-ambiental das Comunidades Rurais

1. Zona I

As comunidades da zona I, situadas na região das estradas, apresentam boa produção agrícola, principalmente de culturas permanentes, com boa diversidade em seus cultivos e excedentes para a venda. Neste contexto, praticamente toda



a produção é escoada para Monte Dourado. Estas comunidades estão fortemente ligadas ao distrito de Monte Dourado, principalmente pela boa malha viária existente no eixo de produção florestal do Grupo Orsa (que mantém permanente manutenção das estradas que utilizam), além da proximidade em relação à sede. Esta zona abriga cerca de 250 famílias entre as comunidades reunidas, somando 100 famílias apenas na comunidade do Braço. As comunidades amostradas nesta zona foram a do **Braço, Bandeira e Vila Nova**, além de uma breve visita a comunidade do **Repartimento**. Ambas as comunidades estão situadas nas proximidades dos grandes plantios de eucalipto, que geralmente estão consorciados com o cultivo de curauá.



1.1. Atividades de subsistência

Na agricultura, praticam o cultivo da mandioca para a produção de farinha, frutas diversas (mamão e banana principalmente), hortaliças, arroz, milho, feijão e legumes. Na floresta, coletam o açaí, castanha e o cacau nativo nos períodos de safra, os quais contribuem na manutenção doméstica das famílias. Incentivadas pelo Grupo Orsa, algumas famílias vêm atuando no cultivo do curauá em áreas antropizadas ou degradadas, em consócio com o plantio de eucalipto.

Como características gerais, os roçados geralmente são feitos em áreas de capoeiras antigas, aproveitando a abundância de áreas antropizadas na região. Algumas famílias ainda realizam novas aberturas na floresta para o cultivo, mas em áreas de pequeno porte, entre 1-3 tarefas/ano¹⁰. Algumas famílias praticam a pecuária familiar de terra firme, em particular de bovinos (gado branco). A atividade é mantida como poupança, mantendo certa garantia econômica (ver Anexo 9).

1.2. Atividades potenciais

No campo agrícola, o feijão é tido como um produto potencial para as comunidades, além do plantio do açaí e do cacau. Os produtos florestais não madeireiros mais abundantes são a andiroba, o cacau nativo, o pracaxi, a copaíba, o patauá e o cumaru. No entanto, consideram que os produtos mais promissores são a castanha, o cacau nativo, a andiroba e o cumaru. Além desta indicação para os produtos da floresta, algumas famílias já estão com algumas iniciativas para o plantio do cacau comum, aguardando ansiosamente por incentivos à atividade cacauceira, além de assistência e acompanhamento técnico (Anexo 10).

¹⁰ Um hectare é igual a aproximadamente 4 tarefas.

1.3. Problemas e dificuldades enfrentados pelas comunidades na Zona I

- ✓ Baixa fertilidade do solo para determinados cultivos, exceto para a comunidade de Repartimento;
- ✓ Ausência de energia elétrica constante;
- ✓ Falta de assistência e acompanhamento técnico;
- ✓ Falta de crédito agrícola;
- ✓ Conflitos e instabilidade fundiária;
- ✓ Deficiência ou falta de transporte local público;
- ✓ Interesses locais não coletivos;
- ✓ Longas distâncias entre os núcleos familiares até as áreas de produção agrícola e florestal;
- ✓ Falta de tecnologias para melhorar as formas de coleta, processamento, produção e transporte;
- ✓ Acesso deficitário a serviços básicos;
- ✓ Aclives acentuados nas áreas de coletas florestais;
- ✓ Precariedade nas estradas e pontes, e
- ✓ Falta de capacitação técnica no âmbito das atividades produtivas e de base organizativa.

1.4. Ordenamento fundiário

Bastante indefinido, causando insegurança nas perspectivas de futuro. Em depoimentos, percebe-se claramente a insatisfação de algumas lideranças pelo fato que a questão esteja sendo tratado com supostamente pouco empenho pelas agências fundiárias.

1.5. Organização social

A organização social é bem limitada, passa por dificuldades na sua formalização, além do baixo interesse na convergên-



cia dos objetivos comunitários. Entre as associações relatadas nesta zona, a Associação dos Produtores da Comunidade do Bandeira – APRUB encontra-se desativada. Outra organização citada foi a Associação de Produtores e Extrativistas da Comunidade de Vila Nova - APRECVNOVA, porém, ainda não foi ativada completamente.

2. Zona II

Cerca de 220 famílias residem nas comunidades e núcleos da zona II, que se caracterizam pela relação histórica com a formação do município, principalmente as comunidades Arumanduba e São Raimundo. Esta última é conhecida, em particular, pela instalação do maior projeto brasileiro de arroz irrigado em áreas de várzea, que hoje, encontra-se abandonado. As comunidades do Km 25 e km 30 na região das estradas são caracterizadas principalmente pela divisão espacial de seus lotes, em regime de assentamentos, mesmo que não oficializados. Têm em comum com as demais comunidades (Nova Arumanduba, Jaburu, Bela Vista e



Santa Cruz) a prática agrícola da mandioca, entre outros cultivos. Estas mesmas comunidades citadas possuem tradição na prática de pequenos cultivos agrícolas, extrativismo vegetal baseado na coleta de açaí e castanha, pesca artesanal e comercial (Anexo 9).

As comunidades da região das estradas estão distribuídas de forma bem remota uma da outra, ligadas somente pela malha viária terrestre, sendo que as demais comunidades têm como acesso o rio e as estradas. No entanto, ambas (comunidades do km 25 e km 30) apontam dificuldades neste deslocamento durante o inverno amazônico. De todas as comunidades da Zona II, Nova Arumanduba possui a melhor infraestrutura, além de proximidade com a sede de Almeirim, possuindo também maior expressividade econômica e maior população.

2.1. Atividades de subsistência

Na agricultura, a base produtiva é o plantio da mandioca para a produção de farinha, entre outros subprodutos. As comunidades no modelo de assentamentos, situadas na região das estradas, além da mandioca, cultivam ainda o arroz e o feijão, de forma eventual. A produção agrícola é bem diversificada, mas inexpressiva para a economia municipal. Há o cultivo de frutas como a banana, caju, melancia, abacaxi, coco e variedades de legumes. As áreas de cultivos estão entre 2 e 4 tarefas/ano.família.

No extrativismo florestal, as atividades estão pautadas na coleta de açaí nativo e da castanha, além de algumas famílias que coletam a andiroba e cumaru mediante a demanda de compradores eventuais ou por necessidade doméstica. Assim como na Zona I, na região das estradas, algumas famílias atuam nos cultivos do eucalipto e curauá em regime de consórcio incentivados pelo Grupo Orsa Florestal em áreas antropizadas.

As comunidades mais diretamente ligadas à foz do rio Paru têm pouca tradição na atividade agrícola, se destacando basicamente na pesca comercial e pecuária familiar (bovinos e bubalinos) e na produção de derivados do leite.



2.2. Atividades potenciais

As atividades potenciais mais apontadas estão relacionadas ao extrativismo florestal não madeireiro, destacando o manejo da castanha e do açaí. Na comunidade de Nova Arumanduba, consideram que a comunidade possui uma forte demanda para o manejo de açaí. De forma geral, as comunidades da zona II se referem à andiroba, copaíba, patauí e cumaru como oportunidade de negócios, além do buriti nas áreas de várzea em Nova Arumanduba, Bela Vista e Santa Cruz. Atualmente, estes produtos são poucos coletados pelo baixo preço ofertado, por ausência de tecnologias adequadas para o processamento e pela baixa demanda de compradores. Já as comunidades que possuem suas economias ligadas à pesca a consideram como uma atividade importante, justificando os incentivos ao sistema de tanque-rede ao longo do rio Paru e de seus afluentes e dos lagos (Anexo 10).

2.3. Problemas e dificuldades

- ✓ Precariedade no sistema de transporte, sobretudo para as comunidades localizadas na região das estradas;
- ✓ Falta de assistência técnica com grandes prejuízos para a prática agrícola;
- ✓ Chuvas mal distribuídas, o que ocasiona invernos longos e grandes cheias, além de período de seca pronunciada;
- ✓ Baixa organização social nas comunidades e falta de capacitação técnica para as atividades produtivas e de base organizativa;
- ✓ Insegurança fundiária;
- ✓ Aclives acentuados nas áreas de coletas florestais;
- ✓ Longas distâncias entre os núcleos familiares às áreas de produção agrícola e florestal;

- ✓ Falta de crédito agrícola;
- ✓ Baixa fertilidade dos solos para alguns cultivos;
- ✓ Deficiências no acesso aos serviços básicos e,
- ✓ Carência de tecnologias para a melhoria da produção agropecuária, agrícola e florestal.

2.4. Ordenamento fundiário

Nas comunidades situadas na região das estradas, os lotes são módulos rurais com medidas entre 85 - 100 ha, não possuindo documentação da terra. Existem denúncias de pressões por grupos econômicos locais para a venda das terras destes produtores, originando conflitos. Neste contexto, a maioria das famílias está deixando seus estabelecimentos, ocorrência esta acentuada pela ausência de políticas públicas capazes de fixar as comunidades rurais no campo. Culpam as agências fundiárias por sua ausência na resolução destes conflitos. Na comunidade de Arumanduba, os procedimentos de ordenamento estão em curso pelo mesmo órgão, de modo que a escolha comunitária seja pela posse de uso coletivo da terra, ao invés de modelos antigos de título individual por família. Segundo o ITERPA, as demais comunidades colocadas nesta zona de estudo passam por processos de regularização fundiária, no entanto relatam dificuldades quanto à delimitação dos lotes, bem como da resistência enfrentada por algumas famílias quanto à ideia de posse coletiva.

2.5. Organização social

As comunidades da região das estradas, km 25 e km 30, além das comunidades do Jaburu, Santa Cruz e Bela Vista são bem distintas em comparação à Nova Arumanduba. A base organizativa é bastante deficitária, principalmente quando se observa a atuação das associações locais, das quais a maioria está inativa. Nova Arumanduba está em uma posição privilegiada por estar organizada através da Associação Comunitária Agroextrativista de



Nova Arumanduba (ASCANA), que tem garantido acesso a melhores mercados, acesso a crédito e outras políticas públicas. Isto se deve, em particular, pela formação de lideranças e no empenho histórico da própria comunidade, além de instituições públicas e privadas que apoiam esta linha de trabalho de alguma forma.

A maioria das comunidades, sobretudo as que são mais isoladas, como as ribeirinhas, possuem maior articulação com o STTR e a Colônia de Pescadores (Z-33). Observou-se que algumas iniciativas de organização, além da ASCANA, buscam formas de liderar suas comunidades e tornarem-se legítimas, como a Associação dos Produtores Extrativistas da margem da Rodovia do Rio Paru (APRIMORI) no km 30, Associação dos Trabalhadores e Pescadores da Comunidade Santa Cruz (AS-TEPCS) e Associação da Comunidade Agroextrativista Jaburu e Adjacências (ACAJA).

3. Zona III

Neste perímetro situam-se importantes comunidades extrativistas do município, tendo como característica principal a vocação agrícola de subsistência e florestal. Esta última culmina



com as atividades de coleta de produtos não madeireiros, feitas por ribeirinhos e extrativistas. A zona também abriga importantes áreas de exploração madeireira industrial (Anexos 9 e 10). Cerca de 300 famílias residem entre as comunidades estudadas nesta zona, sendo as mais populosas as comunidades de Barreiras, Recreio, Santa Rosa e Bananal. As mais importantes do ponto de vista organizacional são as comunidades do Cafezal e Santa Rosa, pois agregam as demais comunidades circunvizinhas nas discussões comunitárias.

A malha hídrica principal e seus tributários são bem utilizados, representando um importante meio de escoamento, além de convergir às atividades extrativistas de modo geral. Os igarapés Acarapí, Ananaí, Urucurituba e Mário Sul são os mais importantes. Os principais acessos rodoviários para as comunidades são os ramais da serra grande e Puxuri, que liga a localidade do Puxuri e a comunidade do Recreio à Monte Dourado. Outra característica importante desta zona é a diversidade de ambientes naturais. Possuem boas características para o cultivo de culturas anuais permanentes e temporárias, principalmente para a cultura do cacau, além de poder aproveitar a água do rio e igarapés para a irrigação, que em alguns casos pode ser realizada por gravidade.



3.1. Atividades de subsistência

A agricultura de subsistência baseada na produção de farinha de mandioca é a principal atividade, pois é difundida entre todas as comunidades. Além disso, destaca-se a caça de subsistência e a pesca, além de outros cultivos eventuais e pequenas criações. Algumas famílias criam pequenas quantidades de rebanhos bubalinos e bovinos (na terra firme e várzea), consorciados com outras pequenas criações, sobretudo de porcos. A pesca e a produção de farinha são as atividades mais regulares entre as famílias, pois são de fundamental importância pelo uso familiar e pela comercialização (Anexo 9).

As áreas utilizadas para os cultivos estão entre 2-5 tarefas anuais, geralmente no sistema de corte e queima em áreas de capoeiras, na forma de pousio. No extrativismo vegetal, as atividades mais comuns praticadas por algumas comunidades ou famílias, são a coleta de castanha, açai, bacaba e patauá.

3.2. Atividades potenciais

Para a agricultura, de forma geral, as comunidades apresentaram como produtos potenciais algumas variedades de frutas, como a banana, o abacaxi e a melancia; além de plantios permanentes, como o açai e o cupuaçu. Outros cultivos apontados foram o arroz, milho e feijão. Para o extrativismo vegetal, as comunidades indicaram uma grande variedade de produtos florestais não madeiros, destacando o cacau nativo, castanha, andiroba, copaíba, açai, bacaba, patauá, murumuru, buriti, pracaxi, tucumã, taperebá, inajá, buriti, cumaru, breu e cipós (Anexo 10). Apesar desta variedade, ressaltam que poucos produtos da floresta são atualmente coletados com fins comerciais. Advertem que certos produtos, como a castanha, buriti e patauá apresentam certas oscilações produtivas em determinados períodos. Tais comunidades possuem certo interesse em trabalhar com a exploração madeireira, mas temem destruir o ambiente em que vivem, causando prejuízos para eles mesmos, citando como exemplo a comunidade de Acarapi.



Algumas comunidades apresentaram interesse por projetos de reflorestamento para áreas já antropizadas, com o plantio de essências florestais como ipê, mogno e sumaumeira. Também foi idealizada a criação de peixes em tanque-rede e em áreas de lagos, reservatórios naturais existentes nas áreas da comunidade. Além destas atividades apontadas, a produção do mel de abelha foi evidenciada em algumas comunidades, pela possibilidade do baixo investimento, pouca mão de obra e agregação de valor à agricultura.

3.3. Problemas e dificuldades

- ✓ Insegurança econômica nas atividades de agricultura e de pesca, devido a oscilações na produção e variação dos preços de mercado;
- ✓ Falta de assistência técnica, sementes e crédito financeiro;
- ✓ Falta de um sistema de transporte regular;
- ✓ Existência de solos exauridos e sem fertilidade;
- ✓ Falta de áreas para recolocação dos rebanhos no período das cheias;
- ✓ Êxodo da população mais jovem para as cidades devido à falta de atrativos para permanecer nas comunidades;
- ✓ Ausência de garantia de mercado para os produtos;
- ✓ Insegurança fundiária;
- ✓ Baixa informação sobre os PFNMs, sobretudo do cacau nativo;
- ✓ Conflitos sobre o uso dos recursos pesqueiros, florestais e da captura de quelônios;
- ✓ Impactos ambientais ocasionados pelo fogo descontrolado;



- ✓ Falta de tecnologias, capacidade técnica e base organizacional para melhorar as formas de coleta, processamento, produção e transporte;
- ✓ Longas distâncias entre os núcleos familiares às áreas de produção agrícola e florestal;
- ✓ Dificuldades de acesso devido trechos encachoeirados nos afluentes do rio Paru para as áreas de coleta do cacau e castanha;
- ✓ Baixos preços da farinha devido excedente de produção na sede municipal.

3.4. Ordenamento fundiário

A regularização fundiária é um dos maiores problemas das famílias do rio Paru. Nesse contexto, em algumas comunidades, os processos de regularização já foram iniciados, enquanto em outras, só discussões sobre o modelo pretendido pelas comunidades e as formas de titularidade ofertada pelo Estado. Algumas famílias possuem algum tipo de documentação referente às suas áreas, mas que não são títulos definitivos ou documento de concessão real de uso, individual ou coletivo.

3.5. Organização social

Existe uma organização razoável, embora muitas entidades estejam atuando informalmente. A grande maioria das comunidades possui líderes reconhecidos localmente. Nas comunidades que não possuem nenhuma forma organizativa, as relações são aproximadas com a Colônia de Pescadores (Z-33) e STTR. Dentre as associações, destaca-se a Associação da Comunidade do Cafezal (ASMACARU), que tem mediado todas as demandas comunitárias circunvizinhas. Outro aspecto interessante é que, em pelo menos três comunidades (Paraíso, Santa Rosa e Frei Marco), as articulações são feitas por mulheres, alcançando excelentes resultados, sobretudo na articulação, mobilização e busca de melhorias.

Dada a importância de se utilizar os recursos naturais e preparar os jovens para apoiar as atividades das famílias em toda a região do Paru, as lideranças das comunidades de Santa Rosa e circunvizinhas demonstraram interesse em instalar uma casa familiar rural nos moldes da pedagogia da alternância.

4. Zona IV

Composta pelas comunidades de Botafogo, Tucumanduba, Praia Verde e Lago Branco, com mais de 100 famílias ao total. Localizam-se na margem direita do rio Amazonas, pertencente ao aglomerado de comunidades da região conhecida como Chicaia e costa do rio Amazonas. Apenas a comunidade do Lago Branco, que se localiza um pouco acima das demais, tem acesso pelo rio Aramum (Anexo 11).

As comunidades são caracterizadas pela acentuada produção de pecuária bubalina, produção de açaí, pesca (peixes e camarões), produção de farinha, além dos festivais comemorativos da coleta do açaí, dourada e camarão. Este perímetro nave-



gável é rota de grandes embarcações com passagem diária para diferentes destinos na Amazônia. O acesso a estas comunidades é realizada via fluvial com distância aproximada de 1h da sede municipal de Almeirim. No entanto, para acessar a comunidade do Lago Branco, o percurso vai além de 3h de viagem dependendo das condições do rio Aramum e dos igarapés. A maioria das comunidades possui boa infraestrutura de serviços básicos, como escolas, geradores elétricos, barcos, barracões, sistema de comunicação, entre outros.

As áreas de florestas nativas são pouco expressivas, exceto na comunidade do Lago Branco. Segundo os entrevistados, em algumas comunidades, resta apenas uma pequena faixa de proteção florestal ao fundo da área comunitária, sendo que em outras, no máximo 50%. Quase toda a floresta foi extraída ao longo dos anos para dar lugar à agricultura e depois à capoeira. Atualmente os roçados são realizados em áreas de capoeiras, com aberturas que variam entre 2 a 6 tarefas/ano para as famílias que praticam a agricultura.

4.1. Atividades de subsistência

Na agricultura, as principais atividades são os cultivos de mandioca para a produção de farinha, além de batata, inhame, jerimum, abóbora, banana e melancia. De forma eventual, produzem o milho, arroz e feijão. No extrativismo, em particular, atuam na coleta do açaí, destacando a comunidade da Praia Verde com os maiores açazais da região e, conseqüentemente, detentora da maior produção.

4.2. Atividades potenciais

Os entrevistados apontam no extrativismo vegetal, o próprio açaí, pataúá, andiroba, bacaba, injá, tucumã, copaíba, além do buriti na comunidade do Lago Branco. Consideram que as grandes áreas de capoeiras existentes na região do Chicaia possam ser utilizadas gerando negócios para as famílias, principalmente na

produção de mel e de serviços ambientais (Anexo 10). Acreditam no potencial de algumas áreas (com ocorrência de terra preta) para disseminar os plantios do arroz, cacau, milho, cupuaçu e café.

Na comunidade do Lago Branco, o potencial madeireiro é alto, mas a exploração é praticamente apenas para atender as demandas da comunidade. Afirmam que recebem certa pressão de grupos madeireiros e fazendeiros para venderem as áreas ou a madeira contida no interior de suas áreas. Consideram importante a utilização da floresta, incluindo a madeira, para gerar renda familiar, desde que a atividade seja bem planejada.

4.3 Problemas e dificuldades

- ✓ Ausência de transporte para o escoamento da produção;
- ✓ Baixo estímulo financeiro às atividades agrícolas se comparado aos incentivos dados à pecuária;
- ✓ Altas despesas com a produção, segundo percepção dos entrevistados;
- ✓ Baixa disponibilidade de mão de obra, relacionado com a migração dos jovens para as cidades e desinteresse dos mesmos;
- ✓ Acesso e navegação precários para a comunidade do Lago Branco no período da seca;
- ✓ Falta de assistência técnica e de crédito, de forma a prejudicar seriamente a prática agrícola;
- ✓ Grandes cheias do rio Amazonas, relacionado com o deslocamento do gado para áreas de terra firme e alagamento das áreas de produção agrícola;
- ✓ Organização social limitada;
- ✓ Aclives acentuados nas áreas de coletas florestais;



- ✓ Longas distâncias entre os núcleos familiares às áreas de produção agrícola e florestal;
- ✓ Falta de capacitação técnica no âmbito das atividades produtivas e de base organizativa;
- ✓ Baixa fertilidade dos solos para alguns cultivos;
- ✓ Tecnologias precárias e rudimentares para a melhoria da produção agropecuária, agrícola e florestal.
- ✓ Comprometimento da venda da produção para atravessadores;
- ✓ Doenças nos cultivos da banana, cana, café e caju e outros;
- ✓ Mercado e preços baixos pagos a produção;
- ✓ Ausência de estrada ligando as comunidades do Chicaia à sede municipal;
- ✓ Baixa cobertura florestal nativa;
- ✓ Excedente de produção da farinha em época da entressafra, diminuindo o valor do produto e desfavorecendo os pequenos produtores;

4.4 Ordenamento fundiário

Algumas comunidades enfrentam problemas fundiários nos seus limites. O ITERPA vem reunindo as comunidades para esclarecimentos sobre a regularização fundiária, de forma a estimulá-las a optar pelo melhor modelo de uso da terra, sendo que boa parte das mesmas tem escolhido o modelo coletivo, rejeitando a opção de divisão de lotes. No entanto, outras preferem a titularidade por lotes individuais. Esta região, de forma geral, está mais ordenada ou passível de organização neste sentido. Segundo os entrevistados, o ITERPA vai respeitar o uso histórico das áreas, garantindo a permanência e utilização dos recursos naturais.

4.5 Organização social

Praticamente, todas as comunidades possuem fortes lideranças, mas não há uma boa organização, sobretudo formalizada através de associações. Nesta região, segundo os entrevistados, muitas associações foram criadas, apenas com o interesse de captar recursos ou projetos de governo. Por isso, parte destas entidades está inativa, fazendo com que os comunitários ficassem desestimulados em participarem de qualquer modelo de organização. As relações sociais mais formais são geralmente conduzidas através da Colônia de Pescadores (Z-33) e Prefeitura de Almeirim. A comunidade do Lago Branco é a exceção neste caso, estando organizada através da Associação Comunitária do Aramum (ACOBA).

Análise das Cadeias Produtivas Agrícolas e Florestais das Comunidades Rurais de Almeirim

Os principais produtos florestais explorados pelas comunidades de Almeirim são a castanha, o cacau nativo e o açaí. Estes três produtos destacam-se pela importância na economia do município e, no caso do açaí, pela importância na alimentação local. Em menor escala de importância foi identificado a exploração da andiroba, copaíba e de madeira em tora.

Em relação à produção agrícola, a mandioca destaca-se como um importante produto para a economia e subsistência local (Anexo 9). De uma forma geral, a produção agrícola do município é deficiente em quantidade e diversidade de produtos. Apesar disso, em algumas comunidades são produzidas culturas como hortaliças, banana, mamão, entre outras.



1. Cacau Nativo

A exploração do Cacau Nativo foi retomada nas comunidades no meio da safra de 2009 (momento no qual iniciou a compra do produto por atravessadores). Segundo os entrevistados, o produto foi explorado no município no ano de 2002. As áreas de incidência dos cacauzeiros são as mesmas da castanha. Desta forma, as comunidades visitadas que exploram o produto também realizam a extração da castanha. O Cacau Nativo foi apontado pelas diferentes instituições entrevistadas (Orsa, Prefeitura, STTR e Emater) como produto com grande potencial no município. Segundo estas organizações a exploração ainda é muito pequena em comparação ao que pode ser extraído. Apesar destas indicações, inexistem levantamentos da quantidade e distribuição do mesmo. Este fato e a ausência de informações sobre o mercado do produto foram citados pelas organizações como limitantes para o desenvolvimento da exploração do cacau.

Manejo/Extração. Alguns extrativistas declararam não realizar práticas de manejo, efetuando apenas a coleta dos frutos. Parte destes afirmou que, em 2002, quando havia extração do produto, o manejo era realizado.

Aqueles que realizam práticas de manejo fazem a limpeza dos acessos às áreas dos cacauzeiros, o corte de árvores competidoras para aumento da entrada de luz e a poda das árvores de cacau. A divisão territorial da coleta ocorre tanto no sistema do avanço¹¹ (Comunidade Recreio) quanto em um sistema similar ao das colocações¹² de castanha (Comunidade Vila Nova). O período de coleta do cacau ocorre anualmente de abril a julho. A cabaça do cacau é colhida, quebrada e a polpa com as sementes é separada da casca. O transporte, dependendo das condições de acesso e da disponibilidade de recursos, é feito em burros,

¹¹ Modelo no qual não existem áreas pré-definidas e quem chegar primeiro ao local pode realizar a coleta.

¹² Modelo no qual cada extrativista possui sua área tradicionalmente delimitada, possuindo exclusividade na coleta.

barcos e no paneiro (cesto feito com cipós e técnicas tradicionais). Os insumos citados como necessários para a extração são o paneiro, podão, terçado e balde. Os mesmos são adquiridos na cidade e no caso do paneiro, produzidos pelos próprios extrativistas. A distância até as áreas de incidência dos cacauzeiros varia de 1 a 20 quilômetros.

Beneficiamento. As etapas de beneficiamento de cacau realizadas nas comunidades são a fermentação e a secagem.

- ✓ Fermentação: os extrativistas deixam as amêndoas fermentarem por um período que varia de 1 a 3 dias. As amêndoas fermentam em sacos ou caixas de madeira que em alguns casos são periodicamente revirados;
- ✓ Secagem: a secagem é realizada principalmente em lonas em um período que varia de 3 a 10 dias. Mais raramente, os produtores usam barcaças (estruturas específicas para a secagem de cacau).

Estes processos ocorrem na própria área de coleta ou na comunidade. Como são processos que demoram alguns dias, muitos extrativistas optam por vender o cacau ainda verde (úmido) para poder retornar às atividades de coleta de cacau e/ou castanha. Os insumos utilizados para estas etapas de processamento são sacos, lonas e caixas de madeira. Inexistem no município indústrias de derivados de cacau ou mesmo que realizem outras etapas de beneficiamento da amêndoa.

Comercialização. A estrutura de comercialização do cacau nativo nas comunidades visitadas é semelhante a da castanha. Existe um comprador primário (da própria comunidade ou externo) que adquire o cacau diretamente dos extrativistas e vende para um comprador secundário. Este, por sua vez, possui um conjunto de compradores primários trabalhando para ele, para os quais adianta recursos financeiros para a compra do produto. Há casos também em que os compradores secundá-



rios compram direto dos extrativistas nas comunidades ou em Monte Dourado. O comprador secundário por sua vez vende para os grandes polos consumidores de cacau (Belém e Altamira). Segundo os entrevistados não houve prática de aviamento nas relações comerciais do cacau.

Os compradores primários adquirem o produto dos extrativistas nas comunidades ou na área de coleta. O fato de existir compra dentro da área de coleta foi atribuído ao fato de alguns extrativistas não possuírem equipamentos para o transporte do produto até a comunidade (burros, rabetas, etc.) ou em função do tempo necessário para o beneficiamento (fermentação e secagem). Quando as amêndoas são compradas verdes o próprio atravessador realiza o processo de secagem do produto.

Os compradores primários entrevistados comercializaram em 2009 um volume que variou de 1,5 a 2,5 toneladas de amêndoas seca e compraram este produto de aproximadamente 10 famílias cada. Um dos compradores entrevistados possui um comércio e realiza a troca de produtos manufaturados pelo cacau. O representante de um comprador secundário entrevistado afirmou que o mesmo adquiriu, em 2009, 30 toneladas de amêndoas secas, sendo 8 toneladas de Almeirim e 22 toneladas de Laranjal do Jarí. O mesmo já iniciou a compra de cacau neste ano.

Preços. Em 2009, os preços pagos aos extrativistas variaram em função do nível de beneficiamento (seco ou verde) e do local de compra (comunidade ou dentro das áreas de extração). Quando comprado nas áreas de coleta, o preço pago variou de R\$ 0,80 a R\$ 1,00/kg da amêndoa verde e de R\$ 2,50 a R\$ 3,00/kg da amêndoa seca. Quando comercializado na comunidade, o preço pago variou de R\$ 1,50 a R\$ 3,00/kg da amêndoa verde e de R\$ 3,00 a R\$ 5,00/kg da amêndoa seca. O preço pago pelos atravessadores primários variou de R\$ 4,00 a R\$ 6,00 por quilo-grama da amêndoa seca. O preço recebido em Altamira por um dos atravessadores secundários entrevistados foi de R\$ 7,50/kg de amêndoa seca.

Nível de Organização da Produção e da Comercialização. A exploração e o beneficiamento do cacau não são realizados de forma coletiva e organizada nas comunidades visitadas. O processo é feito predominantemente de forma individual/familiar. Dois entrevistados afirmaram contratar mão de obra para a extração do produto.

Volume. A produção das famílias entrevistadas variou de 150 a 600 Kg de amêndoa seca. O cruzamento das informações levantadas aponta que **foram extraídos em 2009 cerca de 10 toneladas de cacau nativo no município.** Cabe ressaltar que o início da coleta do cacau ocorreu no meio da safra e que alguns extrativistas não se dedicaram a atividade, por tratar-se de uma cultura “nova”. Espera-se que, mantidos os níveis de preço, a exploração de 2010 supere o volume de 2009.



Assistência Técnica. Não foram identificadas ações públicas e/ou privadas de fomento a exploração do cacau nativo. Foi citada pelos entrevistados da comunidade Recreio a visita, anos atrás, de um técnico que realizou oficina de manejo e beneficiamento do produto.

Cacau Nativo e Plantado. O cacau nativo explorado na região não é comercializado com o diferencial “Nativo da Amazônia”. O mesmo é vendido nos mercados consumidores de cacau plantado do Pará sem esta distinção. Foram observados plantios recentes de cacau em duas comunidades visitadas,



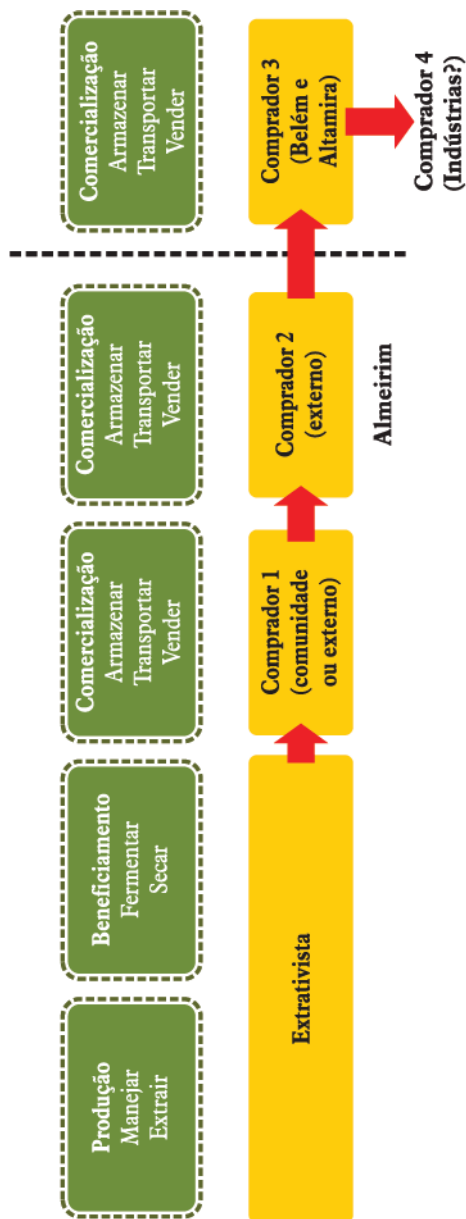
o que aponta para uma tendência de aumento da produção de cacau plantado nos próximos anos nas regiões visitadas.

Cacau versus Castanha. Como as áreas de castanhais e cacaoais são, em geral, as mesmas, existe concorrência em relação a exploração destes produtos. Foi afirmado que, em função do preço oferecido pelo cacau, alguns extrativistas optaram por concentrar mais esforços neste produto, diminuindo a produção de castanha. Alguns extrativistas teriam até parado a extração de castanha em 2009. Já na comunidade Braço, o atravessador primário entrevistado ofereceu R\$ 3,00/kg do cacau seco e nenhum extrativista teve interesse na exploração do produto. A percepção dos entrevistados é de que, quando um produto possuir preço mais vantajoso, a produção do outro será menor. Este aspecto deve ser levado em consideração em um projeto de fomento da cadeia de cacau. Apesar disso, outros entrevistados afirmaram que, na exploração de castanha no sistema de colocações, algumas famílias ficam sem área para coleta, sendo o cacau nativo uma interessante alternativa de renda.

Principais dificuldades citadas pelos entrevistados

- ✓ Pouco conhecimento do manejo e do beneficiamento do cacau;
- ✓ Grande distância das áreas de coleta;
- ✓ Dificuldades no processo de secagem durante o período chuvoso;
- ✓ Baixa capacidade das comunidades para organizar o processo de produção e comercialização;
- ✓ Ausência de inventários com a localização e quantificação do produto.

MAPA DA CADEIA DE VALOR DO CACAU NATIVO



2. Castanha

A exploração de castanha é uma importante fonte de renda para um número significativo de famílias no município. A exploração é realizada a décadas, sendo fonte de reprodução cultural das comunidades. Apesar do baixo valor agregado ao produto, algumas comunidades já acessam políticas públicas (preço mínimo, crédito) e conseguem se organizar para vender diretamente para as indústrias do Estado.

Manejo/Extração. Antes da coleta, é realizada a limpeza dos acessos aos castanhais. Os ouriços caídos são juntados e depois quebrados na floresta para a retirada da castanha com casca. O produto é armazenado em paióis na área de coleta ou levados diretamente para as casas na comunidade (isso varia em função da distância da casa ao castanhal). Existem duas formas de organização das áreas de coleta: **colocações** (quando cada castanheiro possui sua área tradicionalmente delimitada, possuindo exclusividade na coleta) e **avanço** (onde não existem áreas pré-definidas e quem chegar primeiro ao local pode realizar a coleta). A empresa Ouro Verde Agroflorestal (Grupo Orsa) exigiu, em função de questões fitossanitárias, que fosse reduzido o tempo no qual os ouriços ficam amontoados na floresta e a construção de paióis para o armazenamento da castanha.

Os insumos comumente utilizados são o paneiro, gancho e terçado. Alguns entrevistados declaram usar equipamentos de segurança como botas, caneleiras, chapéu e luvas. Em relação à qualidade da castanha é exigido que a mesma seja lavada após a coleta.

As distâncias das comunidades visitadas aos castanhais variam de 1 a 18 Km. Essa variação ocorre em função da comunidade visitada (alguns castanhais são contíguos às áreas da comunidade e outros não) e internamente em uma mesma comunidade. A distância condiciona a possibilidade do extrativista

retornar diariamente do castanhal para sua casa ou se o mesmo permanecerá dias na área de coleta (até quinze dias em alguns casos). Nos casos em que existe a necessidade de permanecer dias fora da comunidade, o extrativista possui na área de coleta plantios de subsistência e uma moradia. A safra da castanha ocorre anualmente de janeiro a julho. O transporte, dependendo das condições de acesso e da disponibilidade de recursos, é feito em burros, barcos, carro, e paneiro, sendo mais comum a utilização de paneiros e barcos.

Beneficiamento. Não existem práticas de beneficiamento realizadas pelas comunidades. A castanha é vendida com a casca aos atravessadores ou para a indústria. Os entrevistados da comunidade Arumanduba relataram que já buscaram apoio financeiro para a construção de uma fábrica de processamento de castanha a ser instalada no local. Em Almeirim não existem indústrias de beneficiamento da castanha. No município vizinho, Laranjal do Jarí, a cooperativa COMAJA realiza o processo de beneficiamento e vende a amêndoa, a farinha e o óleo de castanha.

Comercialização. A estrutura de comercialização da castanha, nas comunidades visitadas, ocorre de duas formas principais: atravessadores e diretamente para as indústrias de beneficiamento. No sistema de atravessadores, os extrativistas vendem sua produção para um comprador primário (da própria comunidade ou externo). Estes adquirem a produção na comunidade e, em alguns casos, na própria área de coleta de castanha. Existe a prática de aviamento, na qual o comprador adianta certa quantia de dinheiro ao extrativista antes do início da safra em troca da garantia de entrega de parte da produção a um preço previamente definido. Este preço é, em geral, menor do que o preço de mercado pago durante a safra. Esta é uma prática comum porque no início da safra muitos castanheiros não possuem recursos para comprar os insumos de produção e alimentos para ele e a família.



O comprador primário vende para um comprador secundário. Este por sua vez adianta recursos financeiros para os compradores primários comprarem a castanha. Os compradores secundários adquirem a produção para as fábricas de beneficiamento em Belém e em Óbidos (como indústrias compradoras foram citadas as de propriedade da família Mutran).

A venda direta para as indústrias ocorre nas comunidades mais organizadas. A negociação é realizada através das associações comunitárias. Neste sistema, as indústrias são responsáveis por buscar o produto nas comunidades ou as associações contratam o transporte. As indústrias que compraram castanha das comunidades visitadas foram a Acaiba (localizada em Óbidos) e a Ouro Verde (pertencente ao Grupo Orsa). Além de conseguir um preço superior, a venda para as indústrias permite a participação dos extrativistas na Política de Preços Mínimos do Governo Federal, pois as mesmas fornecem nota fiscal, documento necessário para que os produtores obtenham o benefício.

Preços. Em 2009, O preço pago pela barrica (90 litros) de castanha variou de R\$ 25,00 a R\$ 40,00 e pela lata (18 litros) de R\$ 6,00 a R\$ 12,00 no período de safra.

Nível de Organização da Produção e da Comercialização. O nível de organização da produção e da comercialização é variável em função da comunidade. Algumas comunidades visitadas (Vila Nova, Braço e Recreio) não possuem ações para a organização da produção. A relação dos extrativistas ocorre diretamente com os compradores. Em outras comunidades (Cafezal, Catabaú, Pedra Branca e Nova Arumanduba) as associações organizam o processo de comercialização da produção e facilitam o acesso a políticas públicas (crédito, política de preço mínimo, entre outras). As Associações mais organizadas das comunidades visitadas são:

ASMACARU (Associação dos Moradores Agroextrativistas das Comunidades de São Raimundo, Pedra Branca, Cafezal, Recreio e Panamá do rio Paru). Associação que representa os extrativistas das comunidades Cafezal, Cacau, Pedra Branca e possui alguns associados das comunidades Panama e Recreio. Ao todo são 31 associados.

ACANA (Associação Comunitária Agroextrativista de Nova Arumanduba). Representa 72 famílias da comunidade Nova Arumanduba, envolvidas na coleta da castanha.

Volume. A produção das famílias entrevistadas variou de 30 a 120 barricas de castanha em 2009. As comunidades visitadas extraíram, segundo os entrevistados, 3000 hectolitros (Comunidade Nova Arumanduba), 4000 hectolitros (Comunidade Braço) e 4000 hectolitros (Comunidade Vila Nova). Segundo entrevistados, a região do Vale do Rio Jarí tem capacidade de produção de 80 a 100 mil hectolitros de castanha por safra.

Políticas Públicas e Privadas. Algumas políticas públicas incidem sobre a cadeia da castanha de Almeirim. A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) do Governo Federal inclui a castanha na lista de produtos atendidos. Os extrativistas que comercializam a castanha a um preço inferior ao fixado como “mínimo” pelo governo (R\$ 52,49/hectolitro), recebem deste, através da CONAB, a diferença. Esta política ainda não atende a totalidade dos castanheiros, pois é necessário que os mesmos apresentem nota fiscal da venda do produto, documento que muitos atravessadores não possuem. Este cenário tende a mudar, pois alguns entrevistados afirmaram que para a próxima safra buscarão compradores (atravessadores ou empresas) que possuam a nota fiscal. Além disso, como a regulamentação da PGPM ocorreu em fevereiro deste ano, muitos castanheiros já haviam comprometido sua venda com atravessadores. Esta política foi avaliada de forma positiva por muitos entrevistados. É esperado um impacto positivo na renda dos extrativistas no próximo ano.



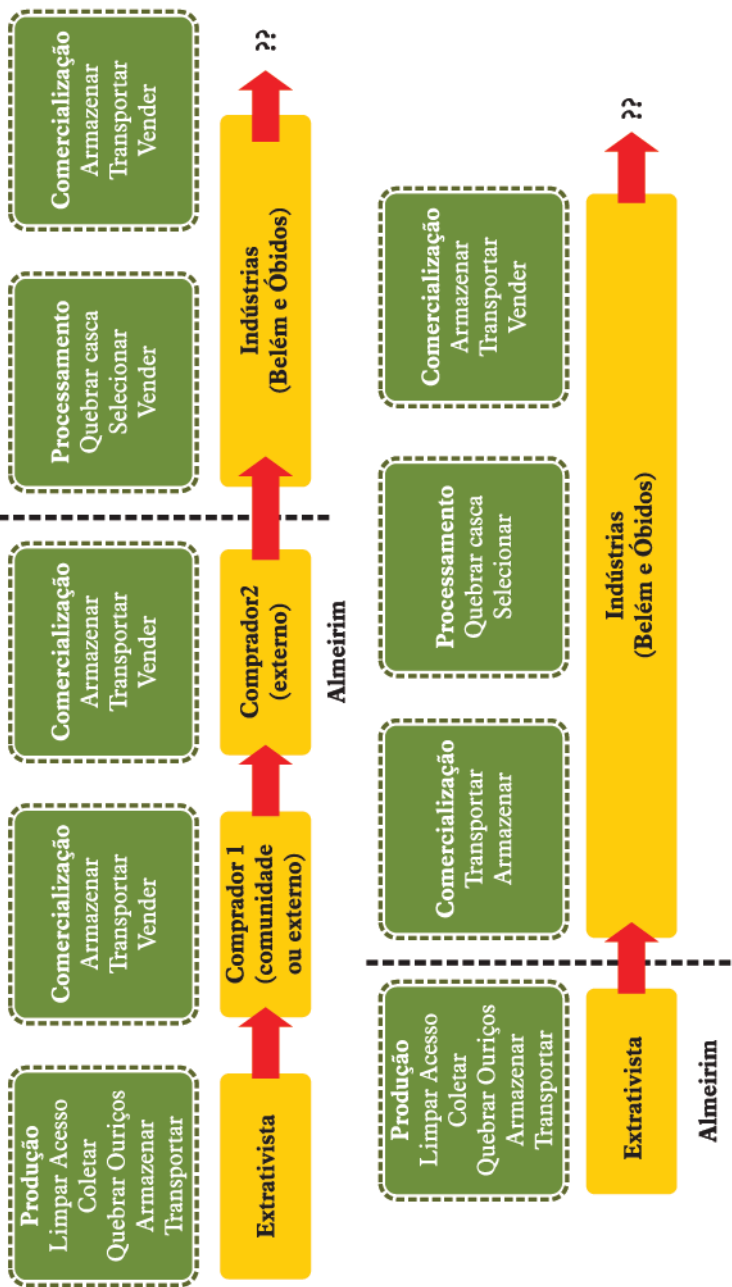
Outra política acessada pelos castanheiros são os créditos da linha Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) do Banco do Brasil. Segundo os entrevistados que acessaram a linha DRS, este crédito tem sido fundamental, pois permite que os extrativistas não comprometam a produção e o preço da castanha com os atravessadores. O acesso ao DRS tem crescido. Em 2009, 10 famílias das comunidades Cafezal, Catabaú e Pedra Branca conseguiram o crédito. Em 2010, serão 23. O acesso às duas políticas ocorre quase que exclusivamente nas comunidades que possuem maior organização da produção através de suas associações.

A Prefeitura Municipal, a Fundação Orsa e a GTZ realizaram, em abril de 2009, uma oficina sobre a Cadeia de Valor da Castanha do Vale do Jarí. O objetivo da oficina foi discutir estratégias de melhoria e fortalecimento da cadeia da castanha na região. Como resultado da oficina, foi organizado um Grupo de Trabalho para fomentar a cadeia da castanha na região. O grupo é composto por representantes de cooperativas, associações e órgãos públicos municipais e estaduais.

Dificuldades principais citadas pelos entrevistados:

- ✓ Escassez de opções de transporte;
- ✓ Ausência de beneficiamento do produto;
- ✓ Baixos preços pagos aos produtores.

MAPA DA CADEIA DE VALOR DA CASTANHA (2 MODELOS PRINCIPAIS)



3. Açaí

O Açaí é extraído para consumo próprio pela maioria das comunidades entrevistadas. Algumas se destacam pela comercialização do produto (como as comunidades Praia Verde e Nova Arumanduba). O produto se destaca pela importância para a economia e subsistência local.

Manejo/Extração. Alguns extrativistas declararam não realizar nenhuma prática de manejo dos açaiçais nativos. Outros realizam a prática de limpeza do acesso e corte dos açaizeiros mais velhos. A divisão territorial da coleta ocorre tanto no sistema do avanço (Comunidade Praia Verde) quanto em um sistema similar ao das colocações (Comunidade Nova Arumanduba). A extração ocorre através da escalada da árvore, retirada e debulha dos cachos de açaí. Os extratores não utilizam Equipamentos de Proteção Individual – (EPIs). As distâncias das comunidades visitadas aos açaiçais variam de 2 a 5 Km. Os insumos utilizados são o paneiro, a peconha¹³, o terçado e botas. O transporte, dependendo das condições de acesso e da disponibilidade de recursos, é feito em barcos e no paneiro. Em relação à exigência de qualidade do açaí, o mesmo deve estar maduro e limpo.

Beneficiamento. A maioria dos extrativistas não realiza beneficiamento do açaí, vendendo o produto *in natura*. No entanto, alguns comunitários possuem equipamento para bater o açaí que é vendido para consumo dos próprios comunitários (Comunidades Praia Verde e Nova Arumanduba) ou para barcos no rio Amazonas e em comunidades vizinhas (Comunidade Praia Verde).

¹³ Artefato improvisado para subir nas palmeiras. Geralmente são confeccionados a partir da própria palha da árvore. Contudo, ainda é feito com fibras e cipós extraído na própria floresta, além do uso de saco de fibra e cordas.

Na sede do município, existem dezenas de pequenos estabelecimentos comerciais que processam o açaí, chamados “batedeiras” (as estimativas dos entrevistados variaram de 50 a 100 bateadeiras). O processamento do açaí é realizado através da lavagem do produto, imersão em água quente para amolecimento e, em seguida, o fruto é colocado em uma máquina e batido com água. Cada lata do fruto (18 litros de açaí) rende de 5 a 8 litros do produto batido. As máquinas para bater açaí são adquiridas em Almeirim a um preço que varia de R\$ 600,00 a R\$ 1500,00, em função do modelo da máquina. Inexistem no município indústrias de polpa ou outros produtos derivados do açaí (sorvetes, licores, bombons e outros).

Nível de Organização da Produção e da Comercialização. A exploração e a comercialização do açaí não são realizadas de forma organizada nas comunidades visitadas. Apesar da comunidade de Nova Arumanduba possuir uma associação atuante, a mesma organiza a comercialização da castanha e não a do açaí.

Preços. Os preços pagos na lata de açaí variam em função da oferta existente na sede do município. Na época de safra, o valor varia de R\$ 8,00 a R\$ 12,00 a lata (18 litros) e, na entressafra, de R\$ 15,00 a R\$ 25,00. O açaí batido é comercializado a preços que variam de R\$ 2,50 a R\$ 4,00 o litro, em função do preço pago na lata.

Volume. A produção das famílias entrevistadas variou de 100 a 300 latas em 2009. As comunidades visitadas, segundo seus respectivos presidentes, produziram em 2009, 15.000 latas (Comunidade Nova Arumanduba) e 20.000 latas (Comunidade Praia Verde). As bateadeiras de Almeirim consomem de 8 a 15 latas do produto por dia. Não foram localizadas estimativas da produção real ou potencial do açaí no município.

Comercialização. Os extrativistas vendem o açaí para compradores (da própria comunidade ou externos) ou direta-



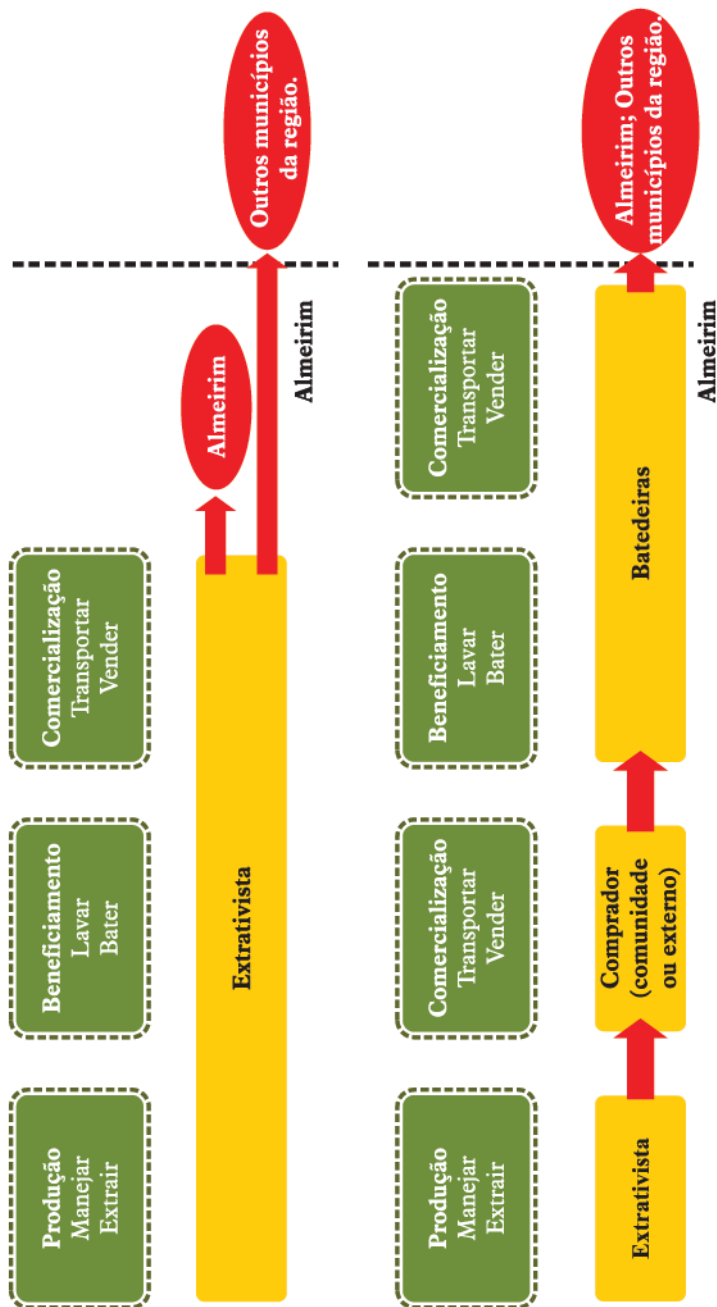
mente para as bateadeiras. Na época de escassez do produto, os proprietários das bateadeiras compram o produto diretamente nas comunidades. No caso da comunidade Arumanduba, na qual existe exploração de castanha e de açaí, foi citado que os compradores dos dois produtos não são as mesmas pessoas. Nesta comunidade, foi declarado que existe a prática de aviamento, mas em intensidade menor do que a existente na comercialização da castanha. O açaí consumido na sede do município, segundo as bateadeiras entrevistadas, é originado das comunidades Praia Verde, Nova Arumanduba, Tucumanduba e Estrada (Km 22, 25 e 30). Na época da safra, Almeirim vende açaí para outros municípios vizinhos como Porto de Moz. Na entressafra (novembro a janeiro), período de escassez do produto, compra de outras cidades como Gurupá.

Políticas Públicas e Privadas. A prefeitura de Almeirim possui contratos com algumas bateadeiras para o fornecimento de açaí batido para a merenda escolar das escolas municipais.

Dificuldades principais citadas pelos entrevistados:

- ✓ Escassez de opções de transporte;
- ✓ Falta de comprador no local (comunidade);
- ✓ Falta de organização na exploração, o que ocasiona perdas na produção (extração do açaí não maduro).

MAPA DA CADEIA DE VALOR DO AÇAÍ (2 MODELOS PRINCIPAIS)



4. Madeira

A madeira é explorada nas comunidades para consumo próprio (construção de casas e embarcações). A exploração comercial pelos comunitários é praticamente inexistente¹⁴. Na comunidade de Acarapi (Zona III), duas famílias realizam a exploração comercial. As árvores são cortadas e desdobradas com motosserras. As madeiras mais exploradas são a maçaranduba (*Manilkara sp.*), cupiúba (*Goupia sp.*) e Angelim (*Hymenolobium sp.*). O produto é transportado por barco e vendido para comércios de Almeirim.

5. Andiroba

A extração predominante da andiroba é realizada para uso doméstico. A pouca comercialização deste produto, segundo os comunitários, é em função da falta de mercados para os mesmo. O processamento é realizado pelos próprios comunitários. O produto coletado é cozido, amassado e em seguida o óleo escorre durante dois dias. O óleo é armazenado em garrafas. A venda é realizada na sede da cidade, para onde os extrativistas transportam o produto e buscam possíveis compradores. O preço de venda varia de R\$ 12,00 a R\$ 20,00 o litro. Foi relatado pelos representantes das comunidades de Nova Arumanduba e Lago Branco, que algumas vezes as famílias retornam da cidade sem conseguir vender o produto. Este fato demonstra a restrição do mercado local para absorver alguns dos produtos florestais não madeireiros produzidos pelas comunidades.

¹⁴ É importante frisar, entretanto, que a produção madeireira de florestas naturais é de vital importância para a economia municipal, podendo representar cerca de 10% do PIB de Almeirim, promovida por empresas madeireiras (ver detalhes na Seção I: Indicadores Sociais e Econômicos).

6. Outros Produtos Florestais Não-Madeireiros Potenciais

Além dos produtos anteriormente citados, houve relatos de comercialização de cipó, copaíba, bacaba e plantas medicinais. Estes produtos são comercializados em baixa quantidade e eventualmente, o que impediu uma descrição mais detalhada da cadeia de valor dos mesmos. Foram apontados pelas instituições e comunidades entrevistadas produtos com potencial de exploração no município, como o patauí, a bacaba, a copaíba, o buriti, o murumuru, o inajá, o cumaru, o tucumã, o pracaxi, o camucamu, o taperebá, a virola (ucuúba), o cipó titica e a balata (Anexo 7). Segundo os entrevistados, o principal limitante para a exploração destes produtos é o acesso ao mercado, além das mesmas dificuldades apontadas para os produtos já explorados como o transporte, assistência técnica, etc. Alguns comunitários demonstraram interesse em explorar estes produtos em um cenário onde existam compradores.

7. Farinha

O principal produto agrícola do município é a mandioca utilizada para a produção da farinha. Praticamente todas as comunidades visitadas realizam este cultivo para subsistência e, para muitas, esta é a única fonte de renda. O produto é base da alimentação de todas as comunidades, possuindo papel central na segurança alimentar das mesmas. A mandioca é plantada em áreas de capoeira ou de floresta. A abertura das áreas é realizada através do processo de corte e queima. Cada comunidade possui uma ou mais casas de farinha para o processamento da mandioca.

O preço de venda usual é de R\$ 60,00 por saca de 80 litros, podendo sofrer queda em função do aumento da oferta existente no mercado. O produto é vendido nos mercados de Almeirim e Monte Dourado ou em pequenas vendas existentes (quando é vendido ou trocado por outros produtos). Os sub-



produtos e produtos derivados da farinha como o tucupi e a tapioca também são comercializados, mas em menor quantidade. Não foram identificadas políticas públicas que incidem sobre a atividade. A Fundação Orsa possui um programa de melhoria da farinha que atinge algumas comunidades.

8. Outros Produtos Agrícolas

A produção agrícola do município é deficiente em quantidade e diversidade de produtos, com exceção da farinha, como descrito anteriormente. A maior parte dos produtos consumidos é importada dos municípios de Monte Alegre, Macapá, Belém e Santarém. Os comerciantes de Almeirim compram os produtos de marreteiros que chegam ao município de barco. No mercado da cidade, a diversidade de produtos vendidos é baixa. Os produtos mais comumente encontrados são cebola, tomate, limão, alface, coentro, cebolinha, batata, alho, cenoura, manga, jerimum, beterraba, e pimenta.

As comunidades afirmam que falta assistência técnica para a diversificação da produção e que o mercado local não absorve novos produtos. Existiram vários relatos de tentativas de novas produções que não encontram preços mínimos de venda ou que por falta de técnica não avançaram. Apesar disso, algumas comunidades se destacam em outras produções como hortaliças (Comunidades Bandeiras e Braço), mamão e banana (Comunidade Vila Nova), e Cacau (Comunidade Repartimento), vendendo os produtos diretamente no mercado local ou para atravessadores. Estas comunidades estão localizadas próximas a Monte Dourado e comercializam seus produtos principalmente neste distrito. Este fato faz com que a situação de abastecimento de produtos nesta região seja menos dependente de produtos de outras cidades do que a sede do município.



Tabela 9. Síntese das dificuldades identificadas nas principais cadeias de valor das comunidades de Almeirim.

Produto	Aspectos da produção	Aspectos logísticos da produção	Beneficiamento	Comercialização	Aspectos do mercado
Cacau	Pouco conhecimento do manejo. Baixa capacidade das comunidades para organizar o processo de produção.	Distância das áreas de colheita.	Pouco conhecimento do beneficiamento. Processo de secagem difícil durante o período chuvoso.	Baixa capacidade das comunidades para organizar o processo de comercialização.	Pouco conhecimento do mercado do produto.
Castanha	-	Grande distância das áreas de colheita	Ausência de beneficiamento do produto.	Baixos preços. Baixa capacidade da maior parte das comunidades para organizar o processo de comercialização.	Oscilação dos preços do produto
Açaí	Falta de organização na exploração	Grande distância das áreas de colheita	-	Falta de compradores que adquiram os produtos nas comunidades.	-



Tabela 10. Síntese das informações quantitativas nas principais cadeias de valor das comunidades de Almeirim.

Produto	Nº de famílias entrevistadas	Produção por família	Produção das comunidades entrevistadas	Produção estimada municipal	Preço (R\$/unidade)	Renda Bruta por família
Cacau Nativo	9	De 150 a 600 quilogramas de amêndoa seca.	-	Segundo dados da pesquisa, foram extraídas 10 toneladas de amêndoas seca em 2009 ¹	R\$ 2,50 a R\$ 3,00/kg seco (quando comercializado na área de coleta) R\$ 3,00 a R\$ 5,00/kg seco (quando comercializado na comunidade)	R\$ 450,00 a R\$ 1.800,00 (ao preço de R\$ 3,00 o kg)
Castanha	19	De 30 a 120 barricas	3.000 hectolitros (Comunidade Arumanduba), 4.000 hectolitros (Comunidade Braço) e 4.000 hectolitros (Comunidade Vila Nova).	168 toneladas (IBGE 2008)	R\$ 25,00 a R\$ 40,00 a barrica	R\$ 975,00 a R\$ 3.900 (ao preço de R\$ 32,5 a barrica)

Continuação Tabela 10

Produto	Nº de famílias entrevistadas	Produção por família	Produção das comunidades entrevistadas	Produção estimada municipal	Preço (R\$/unidade)	Renda Bruta por família
Açaí	8	De 100 a 300 latas	15.000 latas (Comunidade Arumanduba) e 20.000 latas (Comunidade Praia Verde)	80 toneladas (IBGE 2008)	R\$ 8,00 a R\$ 12,00 a lata (18 litros) na safra e R\$ 15,00 a R\$ 25,00 entressafra	R\$ 1.200,00 a R\$ 3.600 (ao preço de R\$ 12,00 a lata)
Madeira	2	-	-	-	-	-
Andiroba	1	5 litros	-	O IBGE não identificou extração de município em 2008	R\$ 12,00 a R\$ 20,00 o litro	R\$ 60,00 (ao preço de R\$ 16,00 o litro)



SEÇÃO IV

PERCEPÇÕES DA SOCIEDADE LOCAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

Percepções dos Empresários do Setor Florestal

Na percepção do setor florestal, o maior potencial econômico de Almeirim é a atividade florestal. Os entrevistados afirmam que o setor produtivo madeireiro pode, com apoio do governo estadual e federal, fomentar o desenvolvimento local, gerando cerca de 10.000 empregos através de 4 atividades florestais principais: (i) manejo florestal com ênfase no setor madeireiro; (ii) manejo florestal madeireiro de várzea; (iii) manejo florestal comunitário e (iv) reflorestamento comercial. Na percepção de um grupo empresarial, a atividade pecuária é inexpressiva e a atividade agrícola é de subsistência. Comenta também que as atividades do setor florestal poderiam expandir e incluir os municípios de Monte Alegre, Prainha e Porto de Moz. Esta visão está ligada a atuação dos grupos madeireiros no cenário regional a partir das políticas públicas criadas para o uso dos recursos florestais em áreas públicas, como as concessões florestais, devido às possibilidades de uso racional das unidades de conservação de uso sustentável. Também há a perspectiva de arranjos produtivos que integrem o uso múltiplo da floresta em áreas comunitárias.

Consideram que além dos produtos florestais madeireiros, os PFMNs podem aumentar a renda dos grupos sociais que tradicionalmente já utilizam estes recursos, muito embora os entrevistados desconfiem da capacidade de trabalho quando estes grupos sociais são expostos a certas exigências de mercado para valorar as cadeias produtivas. Destacam a castanha, o açaí, a andiroba e a bacaba como produtos de grande abundância. Além disso, consideram que a ausência de lideranças, vontade política, interesse local, tecnologias apropriadas e modelos de gestão para tais projetos sejam uma barreira para a sua consolidação. Quanto ao desenvolvimento florestal, acreditam que a



extração madeireira pode ser posta como um componente da renda familiar, mas acreditam que a forma mais interessante é a de uso múltiplo da floresta com a agricultura integrada.

Na perspectiva de melhorias para o setor, acreditam que as concessões florestais são uma grande oportunidade para o setor, pois suprirá a necessidade de áreas com grandes extensões florestais, além de garantir a legalidade, legitimidade e a própria sustentabilidade dos recursos. Entretanto, ressaltam a importância de sensibilização, capacitação e treinamento para absorverem a mão de obra local, sabendo-se da empregabilidade que o setor poderá gerar, além de privilegiar os atores locais. Consideram ainda que as concessões devem possuir preços adequados conforme particularidades na composição florestal de determinadas áreas, bem como das condições de acesso e escoamento. Acreditam que a certificação florestal é um bom instrumento de controle para o mercado, no entanto, de difícil consolidação dado os critérios exigidos, além de acreditarem ser uma prática onerosa para sua consolidação.

Percepções dos Representantes de Instituições-Chaves

As instituições chaves existentes no município (ver Seção II) destacam que as principais atividades econômicas atualmente desenvolvidas são aquelas ligadas ao extrativismo, tendo a castanha e o açaí os produtos mais significativos, principalmente para as comunidades rurais que tradicionalmente se ocupam nos períodos anuais de coleta. O extrativismo da pesca está fortemente arraigado à cultura local, basicamente pelas comunidades diretamente ligadas aos rios, de modo que dependem deste recurso para a manutenção familiar e comercialização. Entendem que



há, entretanto, inúmeros aspectos negativos, ligados a pesca predatória, embarque ilegal, comercialização indiscriminada e nenhum controle fiscal.

Outras atividades extrativistas são potenciais, como a bala, o patauá, o cumaru, o pracaxi, a bacaba, o cacau nativo, o tucumã, o inajá, o murumuru, o buriti, entre outros. Acreditam que, para isto, a efetividade de novos projetos no município deve partir da iniciativa de se construir experimentos para demonstrações, sobretudo apontando a sua viabilidade socioambiental aos grupos sociais envolvidos. Entre estes produtos, o cacau nativo é percebido por todas as instituições como um produto chave, principalmente pela abundância encontrada em algumas regiões do município, destacando a região do Paru, além das boas perspectivas de mercado e preço. Consideram que, além do potencial nativo, é importante incentivar a cultura de novos plantios de cacau, principalmente em áreas propícias à cultura cacauceira, além de servir como reflorestamento para reserva legal em sistema agroflorestal. Afirmam que a falta de assistência técnica para o manejo do cacau nativo, bem como para o cacau comum, impedem o desenvolvimento da atividade.

É consensual entre as organizações que o manejo florestal madeireiro poderá ser bem aceito, mas são necessárias sensibilizações, pois existe a visão de que a atividade implique em desmatamento ou invasão de terras por grandes grupos. A aparente rejeição de algumas comunidades ou setores da sociedade está vinculada a maus exemplos do passado e, ainda no atual momento, em razão, principalmente, das formas de exploração inadequada e conflitantes, bem como pela baixa oferta de trabalho no setor, fortes impactos na floresta e pelos poucos benefícios gerados. Acreditam que há comunidades que estão mais abertas para a discussão do manejo florestal, pois já possuem alguma base de informações sobre o tema.

Em sua visão, a produção agrícola municipal se limita à subsistência. Tanto a agricultura permanente quanto a temporária são inexpressivas, restringindo-se ao cultivo da mandioca para



o fabrico de algumas variedades de farinha e de certas culturas agrícolas, como banana, abacaxi, milho, feijão, hortaliças e legumes de forma geral. Afirmaram que somente altos incentivos em modernização, organização da produção, cadeia produtiva bem definida, além da melhoria na qualidade de produção e acesso aos mercados alavancariam estas atividades. Neste contexto, a produção da mandioca tem o maior potencial econômico em comparação a outras culturas, necessitando para isto de incentivos como a instalação de uma empacotadeira de farinha no município.

Conforme observação dos entrevistados, as atividades tradicionais que possuem um apelo baseado no uso e na vocação das comunidades, ligado à abundância dos recursos naturais, culturas agrícolas, uso múltiplo da floresta e atividades agropecuárias, deveriam ser vistas como produtos estratégicos de desenvolvimento econômico. Neste contexto, esclarecem que estas atividades representam a tradição histórica da sociedade de Almeirim, mas é necessário empenho e decisão coletiva, envolvendo a própria sociedade local, governos e agentes. A grande maioria das instituições entrevistadas também acredita que a continuidade das atividades de silvicultura, manejo florestal em áreas nativas e atividades de mineração em Monte Dourado e adjacências, podem ser importantes para a economia futura de Almeirim. Acreditam que, em especial, a mineração pode ser importante devido ao histórico local de prospecção mineral no município.

Finalmente, uma compilação das entrevistas com as organizações aponta que o potencial do município pode ser mais bem aproveitado com as seguintes medidas e prioridades:

- ✓ Verticalização do setor florestal (produtos madeireiros e não madeireiros), envolvendo as comunidades e com o beneficiamento local,
- ✓ Instalação de agroindústrias para a geração de empregos e agregação de valor aos produtos,
- ✓ Modernização da agricultura,



- ✓ Implementação de políticas de apoio e acompanhamento técnico e crédito financeiro,
- ✓ Manutenção e construção de estradas vicinais,
- ✓ Resolução da questão fundiária, com a mudança de comportamento da gestão municipal a partir da política assistencialista,
- ✓ Introdução de tecnologias apropriadas e inovadoras para suprir as demandas de coleta e beneficiamento dos produtos florestais não madeireiros,
- ✓ Convergência das atividades produtivas (florestal, agrícola, agropecuária e pesca) com as oportunidades do turismo comunitário,
- ✓ Instalação de uma agência bancária do Banco da Amazônia (BASA),
- ✓ Implantação de um sistema de energia eficiente e permanente;
- ✓ Controle das atividades de pesca e controle fiscal;
- ✓ Implantação de uma linha aérea regular na sede municipal;
- ✓ Incentivos à pecuária familiar de várzea e seus subprodutos, bem como seu controle sanitário.

Dentre os maiores problemas apresentados para o desenvolvimento de Almeirim, cujas soluções não estejam ainda contempladas na lista descrita acima, compilamos:

- ✓ Sistema de escoamento precário da produção das comunidades, devido a grandes distâncias entre a comunidade e áreas de uso (agrícola e florestal);
- ✓ Pouca garantia de mercado para os produtos da floresta e da agricultura;



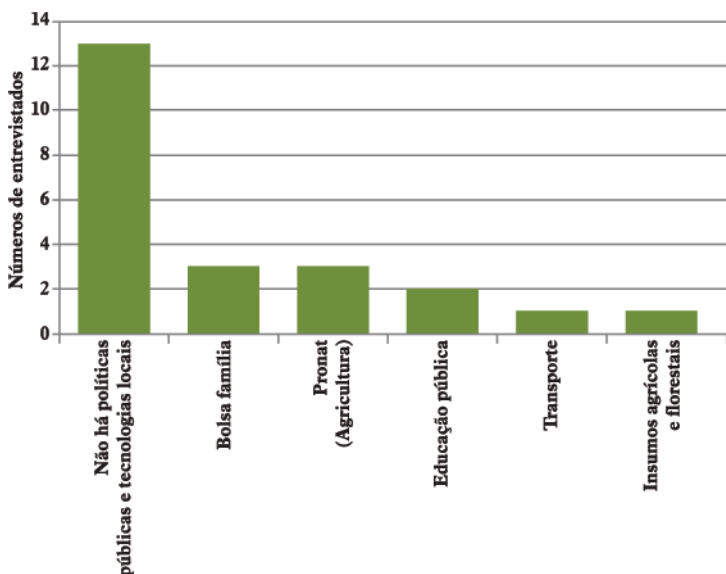
- ✓ Epidemias tropicais (malária e leishmaniose);
- ✓ Ausência de cursos técnicos profissionalizantes e superiores nas áreas pretendidas e potenciais ao desenvolvimento do município;
- ✓ Baixa organização social das comunidades rurais;
- ✓ Insegurança econômica na sede municipal, com escassez de oportunidades de emprego e trabalho;
- ✓ Ausência de atrativos para novos investimentos empresariais; Ausência da Lei Orgânica do município (ambiental);
- ✓ Ineficiência dos serviços básicos como saúde, educação, transporte, saneamento, comunicação e cidadania;
- ✓ Isolamento e atraso tecnológico.

Quanto ao cenário futuro numa perspectiva entre 10-20 anos e as possibilidades existentes, as instituições se dividem nas opiniões. Há um clima de desconfiança em relação a capacidade local de desenvolvimento com qualidade. Os mais otimistas acreditam na mudança comportamental da sociedade local. Destacaram que o município ainda não está preparado para acompanhar uma trajetória de mudanças em curto prazo, devendo passar por um choque de gestão, ressaltando a importância de fortalecer as organizações públicas de governo no município e região, além de fortalecer a base social e intelectual de Almeirim.

Percepção da População Urbana de Almeirim

O levantamento sobre a percepção da população urbana quanto às políticas públicas de desenvolvimento e as tecnologias locais revela que a grande maioria das opiniões aponta para a ausência de iniciativas voltadas para o desenvolvimento do município (Figura 2). Neste contexto, quando questionados sobre as maiores preocupações em residir no município de Almeirim, os entrevistados da zona urbana destacaram o atraso frente às mudanças tecnológicas no país e os problemas relacionados com o isolamento, principalmente devido às grandes distâncias, baixa infraestrutura de transporte e acesso, além da falta de investimentos na área de educação e oportunidade de aperfeiçoamento profissional para os jovens (Figura 3).

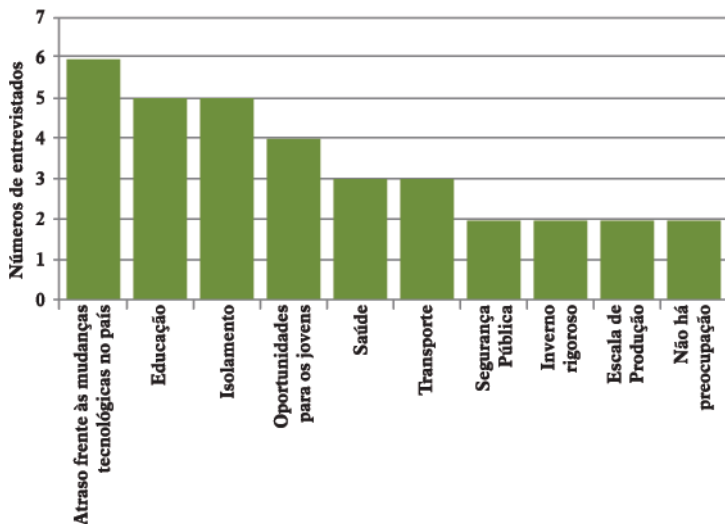
Figura 2. Conhecimento das políticas públicas de desenvolvimento e tecnologias locais no município de Almeirim pela população urbana, 2010 (n=17).



Fonte: dados de pesquisa IFT/Imaflora.



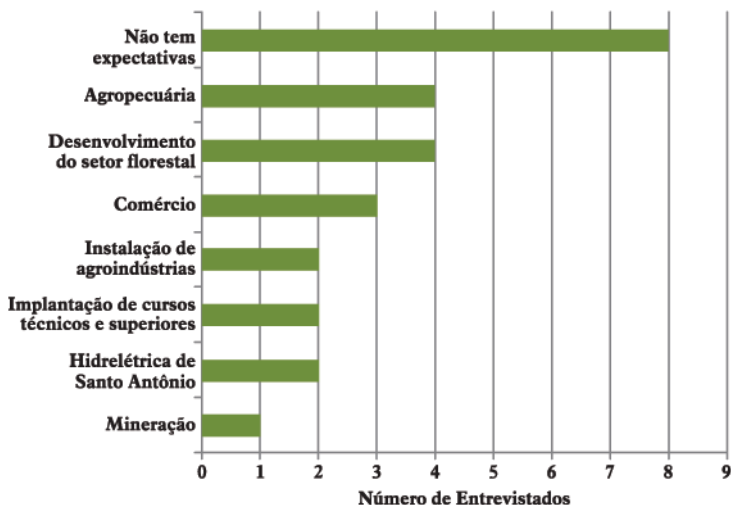
Figura 3. Principais preocupações apontadas pela população urbana de Almeirim referente às deficiências e oportunidades que o município pode gerar, 2010 (n=17).



Fonte: dados de pesquisa IFT/Imaflora.

Buscamos também investigar quais as principais expectativas da população urbana com relação ao desenvolvimento local, sendo que os relatos demonstram que boa parte das opiniões é pessimista. As demais opiniões concentram expectativas nas atividades voltadas para a agropecuária, o desenvolvimento do setor florestal e para o próprio comércio (Figura 4).

Figura 4. Principais expectativas/visão para o desenvolvimento de Almeirim na opinião de entrevistados da área urbana, 2010 (n=17).

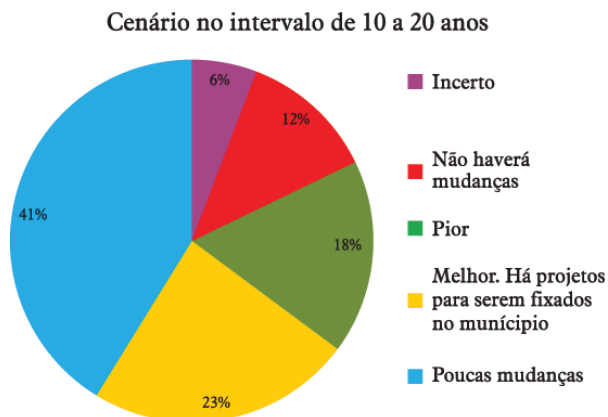


Fonte: dados de pesquisa IFT/Imaflora.

Diante destas situações, a população urbana foi questionada, também, quanto às tendências e vocações de desenvolvimento local e regional, no intervalo de 10 a 20 anos. Neste sentido, o levantamento mostra que 41% dos entrevistados afirmam que haverá poucas mudanças, 24% esperam melhorias com a implantação de projetos como a Hidrelétrica de Santo Antônio e a chegada de energia. Além dos 18% que consideram que o cenário vai ser pior do que já está e 12% considerando que não haverá mudança alguma. Soma-se a este quadro, 6% das opiniões com apontamentos de dúvidas e incertezas (Figura 5).



Figura 5. Expectativas da população urbana de Almeirim sobre as tendências e vocações de desenvolvimento local e regional no intervalo de 10 a 20 anos, 2010 (n=17).

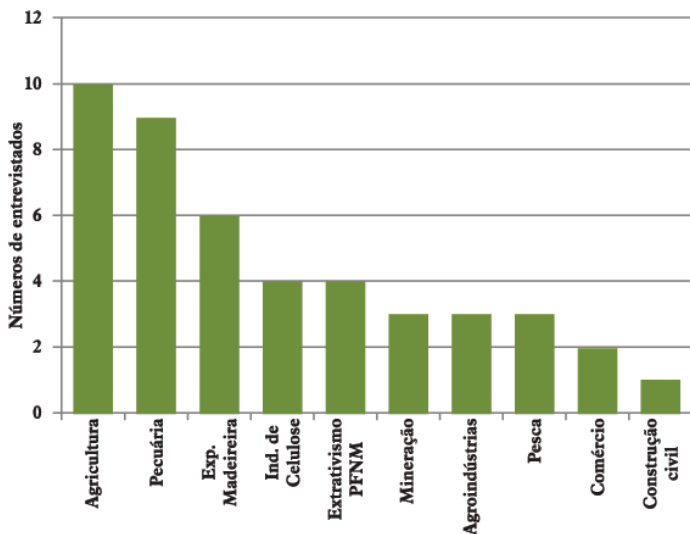


Fonte: dados de pesquisa IFT/Imaflora.

As principais opiniões apontando as atividades mais importantes para desenvolvimento do município foram a agricultura, a pecuária e a exploração madeireira, além de outras atividades do setor florestal, como o extrativismo baseado nos produtos florestais não madeireiros e a indústria de celulose (Figura 6). Quanto aos maiores problemas e dificuldades que afetam o desenvolvimento local, destaque bem acentuado para a gestão pública municipal, logo em seguida, a falta de políticas públicas e organização social, além das questões de infraestrutura e fundiária (Figura 7).

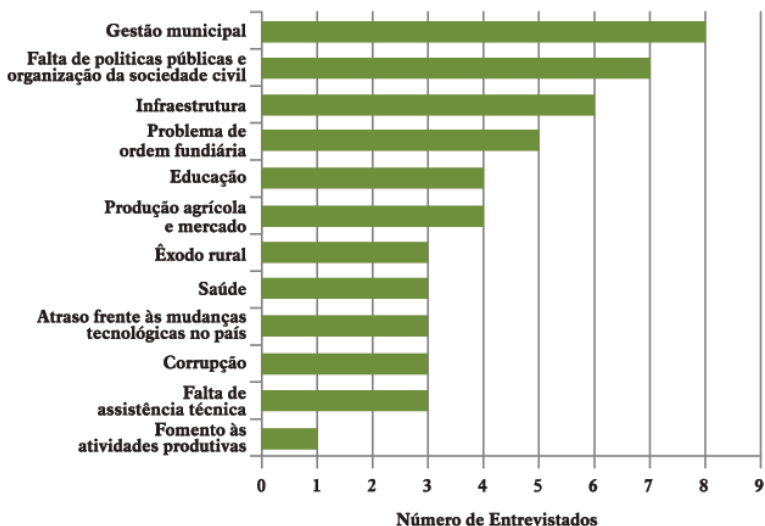


Figura 6. Atividades mais importantes para o desenvolvimento de Almeirim na percepção da população urbana municipal, 2010 (n=17).



Fonte: dados de pesquisa IFT/Imaflora.

Figura 7. Problemas/dificuldades para o desenvolvimento almeiriense na percepção da população urbana municipal, 2010 (n=17).



Fonte: dados de pesquisa IFT/Imaflora.



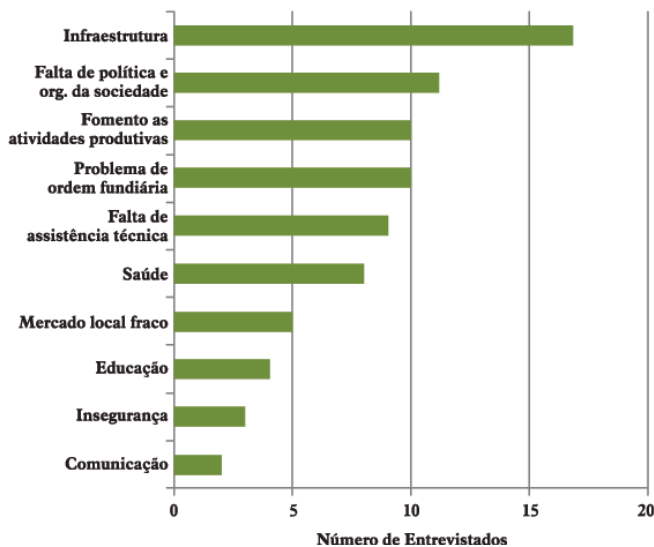
Em suma, as percepções do cidadão urbano de Almeirim é de que o desenvolvimento municipal está sem direcionamento, mesmo sabendo das aptidões e potenciais existentes. Ressaltam que o município não integra as ações públicas com as do Estado e da União e, principalmente, não há parcerias significativas entre empresas públicas e privadas, além de poucas instituições neste âmbito atuando para melhorar o desenvolvimento do município.

Percepções da População Rural de Almeirim

Na visão dos entrevistados quanto aos principais problemas que dificultam a vida de quem mora e trabalha na zona rural, a infraestrutura foi a mais citada. Contudo, a falta de políticas públicas e organização social foram bem destacadas, além dos problemas de ordem fundiária e fomento às atividades produtivas (Figura 8). Dentre as atividades econômicas escolhidas para desenvolver o município a partir de suas riquezas e vocações, os comunitários apontaram que a floresta, a agricultura, a agropecuária e a pesca estão fortemente ligadas aos hábitos rurais das comunidades, além de elencarem estas atividades como potenciais para o desenvolvimento local das famílias, bem como do município (Figura 9).

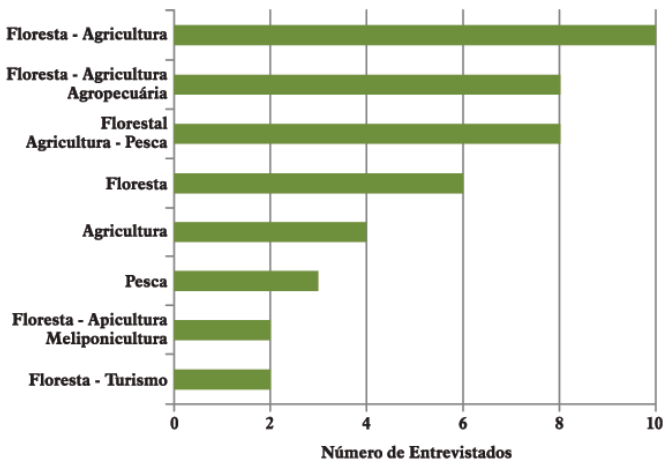


Figura 8. Percepção da população rural de Almeirim quanto aos principais problemas que dificultam a vida de quem mora e trabalha na zona rural, 2010 (n=23).



Fonte: dados de pesquisa IFT/Imaflora.

Figura 9. Atividades econômicas escolhidas para desenvolver o município a partir de suas riquezas e vocações na percepção da população rural de Almeirim, 2010 (n=23).

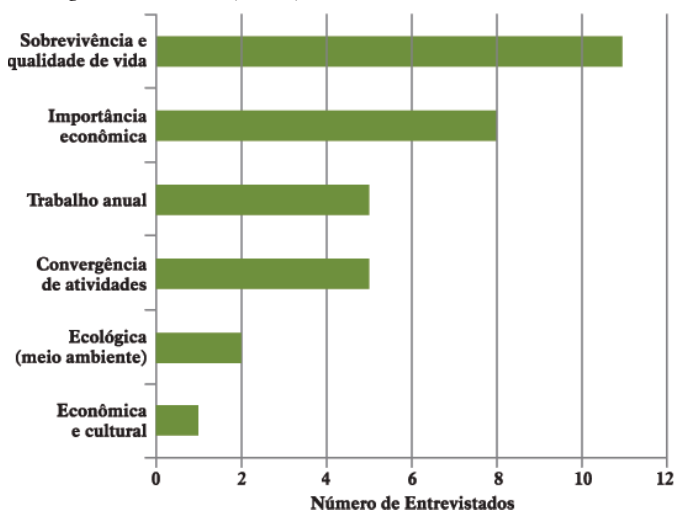


Fonte: dados de pesquisa IFT/Imaflora.



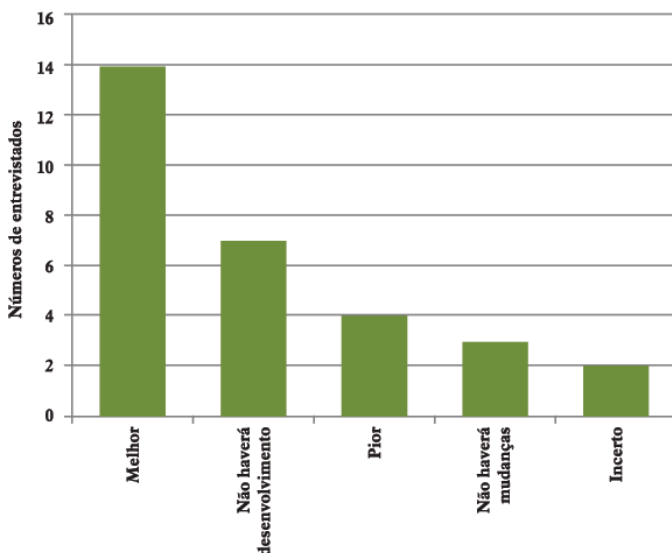
Desta forma, convêm destacar, também, a percepção das comunidades rurais quanto à importância da floresta e da agricultura, de modo que foram apontadas majoritariamente as atividades voltadas para sobrevivência e qualidade de vida, seguido da importância econômica que estas atividades representam. A garantia de trabalho anual para as famílias e a convergência dessas atividades se destacou entre as mais opinadas (Figura 10). Quanto às perspectivas de desenvolvimento local e regional no intervalo entre 10-20 anos, a população rural é otimista, sendo que a maioria acredita que será melhor. Entretanto, as opiniões mais pessimistas, entre as que não acreditam que haverá desenvolvimento e será pior, juntas, são bem significativas (Figura 11).

Figura 10. Percepção da população rural de Almeirim sobre a importância da floresta e agricultura, 2010 (n=23).



Fonte: dados de pesquisa IFT/Imaflora.

Figura 11. Perspectivas de desenvolvimento local e regional entre 10-20 anos na percepção da população rural de Almeirim, 2010 (n=23).



Fonte: dados de pesquisa IFT/Imaflora.

As opiniões capturadas nos levantamentos rurais apresentam o entendimento geral de que é necessária a participação imediata dos governos para resolver as principais questões que tanto os afetam, como questões fundiárias, assistência e acompanhamento técnico, fomento rural (crédito e insumos), serviços básicos garantidos em Lei, infraestrutura necessária para fortalecer e dinamizar a produção, além de seu escoamento e integração a novos mercados. Acreditam que os agentes privados e públicos, que atuam no município, não conseguirão cumprir as demandas rurais, em razão de baixo interesse, falta de recursos de modo geral, incapacidade e postura direcionada aos seus campos de interesses. Os entrevistados consideram que as instituições (públicas e privadas) trabalham focadas em questões emergenciais e pontuais, mas que é necessário ações de planejamento de longo prazo para o município, com uma maior participação do governo do Estado, o qual não desempenha em sua opinião nenhuma contribuição para o desenvolvimento local.



SEÇÃO V

O SEMINÁRIO DE FECHAMENTO DO DIAGNÓSTICO ECONÔMICO-AMBIENTAL E REFLEXÕES PARA A SEGUNDA FASE DO PROJETO ALMEIRIM SUSTENTÁVEL

O Seminário de fechamento do primeiro ano do projeto *Almeirim Sustentável: um novo paradigma de desenvolvimento verde* (ver Anexo 1) foi crucial para o repasse das informações levantadas no diagnóstico econômico-ambiental de Almeirim à sociedade local e discussão sobre as principais expectativas e necessidades dos atores-chaves em relação ao desenvolvimento. Uma vez mais, a lógica de apoio a um município eminentemente florestal e pouco degradado se justifica pelos grandes desafios que Almeirim terá de enfrentar para aliar a conservação de seu patrimônio ambiental com o desenvolvimento econômico. Sem este apoio, há a probabilidade de que o destino da riqueza florestal do município estará fadado ao mesmo fim de tantos outros municípios da Amazônia que trocaram seus recursos florestais por um modelo de desenvolvimento econômico efêmero e insustentável (Celentano & Veríssimo, 2007).

Quatro perguntas-chaves foram exploradas a partir de discussões entre Grupos de Trabalho durante o Seminário de fechamento (ver detalhes no Anexo 1). Na primeira pergunta, compilamos, dentre todos os produtos agroflorestais identificados no diagnóstico, as principais culturas que os produtores comunitários anseiam em desenvolver diante do contexto econômico local. Estes produtos são:

- ✓ Produtos agrícolas, de forma a assegurar a segurança alimentar das comunidades e a venda de excedentes em feiras livres, destacando a mandioca para a produção de farinha, a banana, o caju e hortaliças;
- ✓ Produtos extrativos, destacando a castanha do Pará (*Bertholletia excelsa*), o açaí (*Euterpe oleracea*) e o cacau (*Theobroma cacao*). Outros produtos citados foram a bacaba (*Oenocarpus bacaba*), o pataúá (*Oenocarpus batuaa*), e a andiroba (*Carapa sp.*). No caso do açaí e cacau, o interesse é de manejar as plantas nativas assim como realizar plantios de enriquecimento de áreas destas espécies;



- ✓ Outros produtos, destacando a criação de peixes.

Conforme discorremos ao longo do presente diagnóstico, existem vários limitantes ao desenvolvimento da produção rural de Almeirim, sendo que os produtores comunitários presentes ao seminário destacaram:

- ✓ A falta de investimentos em infraestrutura, como um sistema de transporte que permita o escoamento da produção e o acesso a energia elétrica nas comunidades.
- ✓ A escassez de linhas de crédito específicas, além da falta de ações de fomento como a assistência técnica direta aos produtores, a capacitação e o estímulo à adoção de novas tecnologias para o beneficiamento. Na opinião de alguns produtores, estas carências criam um grande problema social que é a falta de oportunidades para os jovens.
- ✓ As deficiências nos acessos aos mercados, incluindo informações estratégicas sobre a demanda e a oferta dos produtos;
- ✓ A falta de segurança e de regularização fundiária, fazendo com que os produtores sofram com a pressão dos grandes grupos econômicos locais.

Finalmente, estimulamos um grupo de trabalho específico, formado por representantes das organizações locais, regionais e estaduais presentes ao seminário (ver Anexo 1) a destacar os pontos que merecem maior atenção em relação do desenvolvimento rural de Almeirim, o que gerou os seguintes resultados:

- ✓ Fortalecimento das organizações sociais, cooperativas e associações, incluindo a regularização legal de tais organizações, e com especial ênfase na educação de jovens;

- ✓ Fortalecimento das iniciativas de assistência técnica rural florestal e agrícola, incluindo o fomento a projetos de manejo florestal comunitário, e englobando ações de capacitação de funcionários, a melhoria da qualidade técnicas dos profissionais prestando ATER¹⁵ e a quantidade de prestadores destes serviços;
- ✓ Descentralização da gestão ambiental do município;
- ✓ Fortalecimento dos mecanismos de crédito rural no município, destacando a abertura de agência do Banco da Amazônia em Almeirim;
- ✓ Ordenamento e regularização fundiária, incluindo o CAR.

O Plano de Trabalho da Fase II do Projeto Almeirim Sustentável

Por ocasião da conclusão deste diagnóstico, em julho de 2010, o IFT e o Imaflora, com o apoio do Fundo Vale, preparavam um Plano de Trabalho para a segunda fase do Projeto Almeirim Sustentável, a ser implementado entre 2010-12. A grande preocupação destas organizações, evidentemente, era de propor ações que fossem prioritárias para os produtores rurais e organizações-chaves no município, além de executar atividades que pudessem empoderar os beneficiários de tal forma que o projeto se tornasse sustentável no longo prazo. Em seguida, é preciso reconhecer que o escopo de ação do IFT-Imaflora-Fundo Vale é limitado, e que as mesmas ações não têm o poder

¹⁵ Assistência técnica e extensão rural.



de substituir o Governo nas escalas de fomento e assistência. Ao mesmo tempo, entretanto, Almeirim é um município que abriga diversas organizações governamentais e não governamentais que, conjuntamente, podem criar condições para o bom desenvolvimento rural do município. Estas organizações serão convidadas pelo IFT e Imaflora a reforçarem as ações do projeto *Almeirim Sustentável* em sua segunda fase.

Embora as atividades pontuais que serão executadas na segunda fase do projeto ainda não haviam sido formatadas por ocasião da conclusão deste diagnóstico, temos, prioritariamente, reforçados pelos anseios da sociedade Almeiriense, os seguintes conjuntos de ações:

- ✓ Ações de fortalecimento da agricultura familiar e da segurança alimentar das comunidades, com especial foco na intensificação da produção e reforços às principais culturas e tradições, destacando a lavoura branca¹⁶;
- ✓ Ações de fortalecimento e assistência especializada às organizações sociais, cooperativas e associações;
- ✓ Ações de fortalecimento de assistência técnica rural (agricultura e floresta), incluindo a posterior implantação de projetos de manejo florestal comunitário (sensibilização e capacitação em manejo florestal e oferecimento de melhores oportunidades de capacitação a jovens);
- ✓ Foco do fortalecimento de produção em produtos com potencial de geração de renda e divisas de forma sustentável.

¹⁶ Mandioca, arroz, feijão e milho.

- ✓ Assistência técnica básica voltada à melhoria da qualidade de vida das comunidades (sensibilização e adequação em saúde, higiene pública e planejamento familiar);
- ✓ Ações de fortalecimento do mercado e sensibilização de compradores e produtores, em especial no que se refere às demandas de compradores e aspectos da oferta dos produtores comunitários;
- ✓ Apoio à regularização fundiária e ações de adequação ambiental.



Bibliografia e Referências

Celentano, D. & Veríssimo, A. 2007. O estado da Amazônia: Indicadores. O avanço da fronteira na Amazônia: do boom ao colapso. Imazon: Belém. 47p. Disponível em www.imazon.org.br.

Figueiredo, A. R. M.; Ribeiro, A. R. B. & Sousa, A. C. (2008) Diagnóstico Situacional de Almeirim Estado do Pará. Con&SeA.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE Cidades (2005) Histórico do Município de Almeirim. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Consultado em 14/11/2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2007) Censo Demográfico e Contagem da População. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Consultado em 01/03/2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2008a) Produção Agrícola Municipal. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo>. Consultado em 02/03/2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2008b) Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo>. Consultado em 02/03/2010.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Quadro Geral das Unidades de Conservação Federais. Disponível em http://www.icmbio.gov.br/ChicoMendes/Download/dados_uc_federal.pdf. Consultado em 05/03/2010.

Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará - IDEFLOR. Cadastro de Florestas Públicas do Estado do Pará. Disponível em <http://www.ideflor.pa.br>. Acessado em 16/11/2009.

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON (2006) Detalhamento do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do estado do Pará: Áreas para produção florestal manejada. Relatório preliminar para discussão. Disponível em http://www.imazon.org.br/pdf/FlorestasProdu%E7%E3oParaImazon_resumo.pdf. Consultado em 14/11/2009.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2000). Índice de Desenvolvimento Humano. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/>. Consultado em 01/03/2010.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE (2008a) Desmatamento nos municípios. Disponível em <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>. Consultado em 03/03/2010.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE (2008b) Monitoramento da cobertura florestal da Amazônia por satélites. Sistemas PRODES, DETER, DEGRAD e Queimadas 2007-2008. INPE, São José dos Campos-SP. Disponível em http://www.obt.inpe.br/prodes/Relatorio_Prodes2008.pdf. Consultado em 03/03/2010.

Instituto de Terras do Pará - ITERPA (1997) Decreto de 3 de novembro de 1997 - Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Rio Paru D'Este. Disponível em: http://www.iterpa.pa.gov.br/files/indigenas/Rio_Paru_DEste.pdf. Consultado em 05/03/2010.

Instituto de Terras do Pará - ITERPA (2007) Comunidades de Almeirim - Comunidades, Localização, Nº de Famílias e Atividades Principais em 2007. Belém-PA. Relatório não publicado.

Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM (2006a) Decreto Estadual nº. 2608 de 04/12/2006 - Cria a Floresta Estadual do Paru nos Municípios de Almeirim, Monte Alegre, Alenquer e Óbidos, Estado do Pará, e dá outras providências. Disponível em <http://www.sectam.pa.gov>.



br/interna.php?idconteudocoluna=1985&idcoluna=7&titulo_conteudocoluna=2608. Consultado em 05/03/2010.

Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM (2006b) Decreto Estadual nº. 2610 de 04/12/2006 - Dispõe sobre a criação da Reserva Biológica Maicuru nos Municípios de Almeirim e Monte Alegre, Estado do Pará, e dá outras providências. Disponível em http://www.sectam.pa.gov.br/interna.php?idconteudocoluna=1987&idcoluna=7&titulo_conteudocoluna=2610. Consultado em 05/03/2010.

Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA (2007) Unidades de Conservação Estaduais do Pará na Região da Calha Norte do Rio Amazonas. Belém-PA. Relatório não publicado.

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF (2008) Estatística Municipal de Almeirim. Disponível em <http://www.sepof.pa.gov.br/>. Consultado em 14/11/2009.

Universidade Federal do Pará (2008) Diagnóstico Local do Município de Almeirim/PA. MS/UFPA, Belém-PA. Relatório não publicado.

Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará - ZEE-PA (2009) Zoneamento Climático. Disponível em http://www.pa.gov.br/portal/sepe/downloads/ZEE_Clima.pdf. Consultado em 01/03/2010.



ANEXOS

Anexo 1. Material e Métodos

O presente diagnóstico foi realizado em três etapas, descritas abaixo, além de representadas em um organograma ao final desta seção. Em seguida, houve também uma quarta etapa, desta vez visando fazer o repasse dos resultados do diagnóstico às comunidades e organizações locais, além de organizar um seminário final amplo de fechamento da primeira fase do projeto *Almeirim Sustentável*.

- **Etapa I - Obtenção de dados secundários.** Levantamento de dados secundários dos indicadores sociais, econômicos e informações estratégicas do município de Almeirim.

- **Etapa II - Primeira expedição.** No período de 19 a 30 de outubro de 2009 foi realizada a primeira expedição ao município de Almeirim. O primeiro objetivo desta expedição foi apresentar o projeto à sociedade local e levantar as instituições e atores-chaves. Em seguida, foram realizados os levantamentos preliminares das cadeias de valor agrícolas-florestais e a caracterização socioambiental de 30 comunidades rurais em diferentes regiões, incluindo a região das estradas interligando a sede municipal a Monte Dourado, região do Chicaia (rio Amazonas) e região do rio Paru. As comunidades rurais visitadas nesta fase foram Arumanduba, Braço, Bandeira, Vila Nova, Repartimento, Km 25, Km 30, São Raimundo, Santa Cruz, Bela Vista, Jaburu, Barreiras, Santa Maria, Santa Rosa, Frei Marco, Itananga, Cacau, Ananaí, Acarapí, Paraíso, Cafezal, Recreio, Botafogo, Tucumanduba e Praia Verde. Entrevistas também foram realizadas com membros das comunidades do Bananal, São Marco, Lago Branco, Pedra Branca e Catabaú, totalizando 30 comunidades representadas de um total estimado de 143¹⁷. Estes levantamentos culminaram na produção de um relatório que serviu como base para a elaboração e execução da etapa III.

¹⁷ Informação esta cedida por instituições de governo, Iterpa e Ematar (2009).



• **Etapa III - Segunda expedição.** Foi realizada entre 14-27 de janeiro de 2010, objetivando aprofundar as informações levantadas na etapa II, além da aplicação de outras ferramentas para o levantamento de informações primárias. Nesta etapa, definimos as zonas produtivas comunitárias de Almeirim através da aplicação de um filtro geográfico que levou em consideração critérios como o tipo de acesso à comunidade (rio ou estrada), a topografia das áreas produtivas agrícolas-florestais, a organização social e a vocação local. Ao final definimos quatro zonas potenciais produtivas: Zona I (Comunidades Braço e Bandeira); Zona II (Comunidades Arumanduba); Zona III (Comunidades Santa Rosa, Ananaí, Acarapí, Recreio, Cafezal e Catabaú); e Zona IV (Comunidades Praia Verde e Lago Branco). A segunda expedição, então, amostrou as diferentes zonas para solucionar questões sobre as cadeias de valor, percepções sobre desenvolvimento, mapeamento comunitário e reconhecimento de áreas de produção agrícola e florestal. Foram aplicados questionários com questões abertas e fechadas, abordando os diferentes aspectos das cadeias de valor dos principais produtos florestais e agrícolas. Além disso, foram visitadas áreas de extração de produtos florestais e áreas de produção agrícola. No total foram realizadas 52 entrevistas, sendo 34 extrativistas com produtores agrícolas, 6 atravessadores, 11 comerciantes e 1 diretor de cooperativa. Estas entrevistas ocorreram em 11 comunidades, na sede do município, no distrito de Monte Dourado e em Laranjal do Jarí (AP). Para a seção III, percepções da sociedade local, foram aplicados 46 questionários junto aos setores-chaves da sociedade, como as instituições de governo e não governo, setor florestal, população urbana e comunidades rurais. Os questionários continham questões abertas e com múltipla escolha, abordando as visões, opiniões e perspectivas sobre o desenvolvimento do município, problemas, dificuldades, principais atividades e produtos, potencialidades e oportunidades.

A análise das percepções foi classificada por setores chave, descritas individualmente. Descrevemos os dados de forma qualitativa e quantitativa. Também realizamos um breve mapeamento participativo com as comunidades objetivando visualizar espacialmente os recursos naturais e uso da terra, além de levantar informações específicas de cada comunidade sobre as principais atividades econômicas e restrições locais ao desenvolvimento de base sustentável, além de capturar informações de infraestrutura, conflitos, acesso, topografia, uso da terra, problemas e dificuldades, além das potencialidades existentes. Utilizamos neste mapeamento mapas-base do município para cada zona produtiva, contendo informações de estrutura de paisagem e hidrografia para facilitar a localização dos comunitários, bem como o detalhamento de suas informações.



Com as informações levantadas com o mapeamento comunitário foi possível gerar os mapas de localização comunitária e do uso econômico atual e do potencial, além de subsidiar a geração de outros produtos cartográficos para o diagnóstico. Foram produzidos os mapas das zonas potenciais, localização municipal, topografia, solos, cobertura vegetal e pressão, infraestrutura e fundiário.

A confecção dos mapas temáticos utilizou o sistema de coordenadas geográficas com projeções DATUM GCS South American 1969 (SAD 69), com o auxílio do software de SIG ArcGIS 9.3. As informações foram complementadas por dados de agências governamentais de gestão, controle e planejamento, e instituições de pesquisa (destacando IBGE, SIPAM, IBAMA, SEMA, EMBRAPA Oriental, IMAZON, IPAM, ITERPA, IDEFLOR, MMA e IFT), e dados geográficos coletados em campo com aparelhos GPS (Sistema de Posicionamento Global).



• **Etapa IV – Terceira Expedição.** Foi realizada entre 19 de maio a 9 de junho de 2010, com o propósito de fazer a devolução e validação do diagnóstico preliminar de Almeirim, incluindo a análise das cadeias de valor e o levantamento socioeconômico para as instituições e comunidades que participaram da pesquisa. Esta expedição foi organizada em três fases, sendo:

19-24 de Maio. Devolução e validação dos diagnósticos junto as organizações locais e convite para participação da reunião técnica preparatória e seminário. As instituições visitadas neste período foram o Grupo Orsa, a Fundação Orsa, a Adepará (Monte Dourado e na Sede Municipal), a prefeitura (Gabinete), as Secretarias Municipais de Agricultura, Meio Ambiente e Educação, a agência distrital e Coordenação de Projetos Estratégicos, o ICMBIO (Monte Dourado), a STTR (Monte Dourado e Sede Municipal), a Emater, o Banco do Brasil, o IBGE, a Igreja Católica e a Câmara de Vereadores.

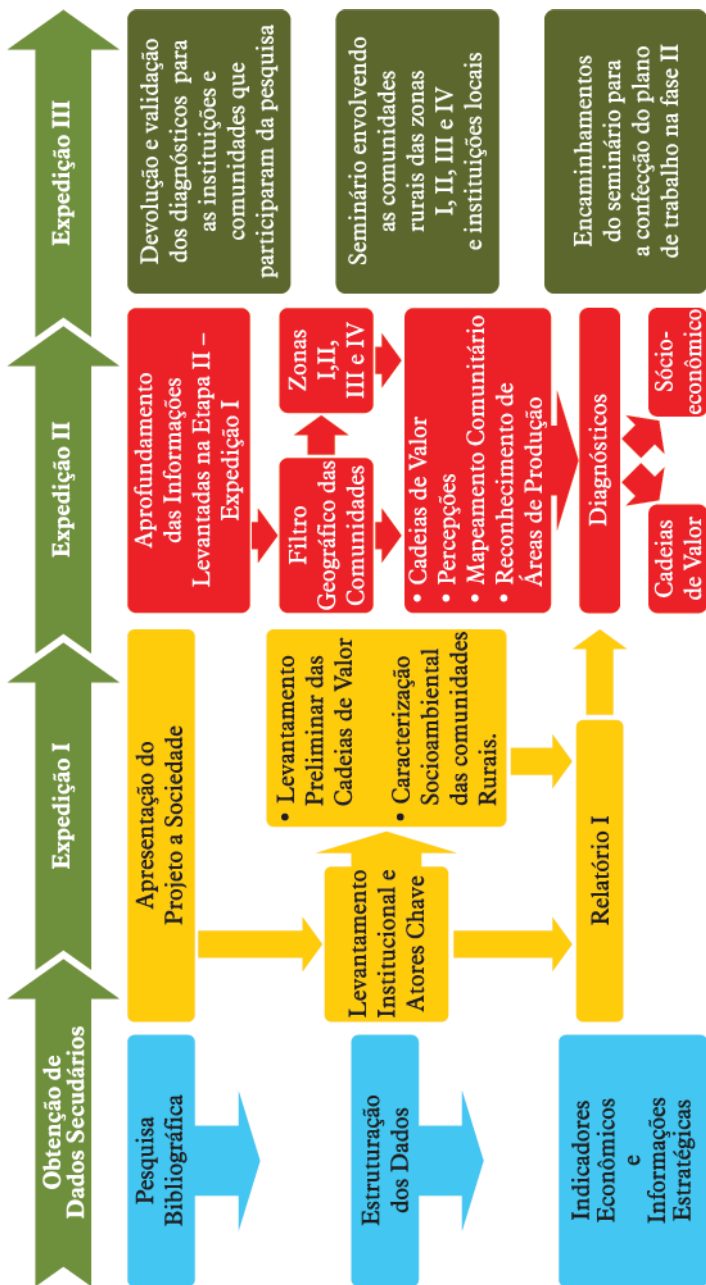
25 de maio a 4 de junho. Visita a todas as comunidades envolvidas na pesquisa dentro das zonas definidas (I, II, III e IV), com o objetivo de realizar a devolução dos diagnósticos, validar os principais resultados obtidos e convidar as comunidades para o seminário na sede municipal. Nesta ocasião, foi entregue um mapa resumo contendo informações cartográficas do município, além de informações socioeconômicas a partir dos levantamentos realizados na expedição II a partir do mapeamento participativo.

5-9 de junho. Planejamento, organização e realização da reunião técnica preparatória, além de realização de um amplo seminário (> 85 pessoas) com a participação das instituições com atuação local e regional, além das representações de cada comunidade. A reunião técnica preparatória foi realizada no dia 8 de Junho, nas dependências da Câmara Municipal de Almeirim. O seminário, intitulado *Disseminação dos Resultados do Diagnóstico Econômico-*



Ambiental de Almeirim e Consulta a Sociedade Almeiriense para a Proposta de Trabalho Almeirim: Município Verde, foi conduzido no município no dia 09 de junho. O seminário contemplou a apresentação dos diagnósticos, presença das instituições locais e convidadas para o evento, bem como a discussão dos resultados com todos os presentes, além de encaminhamentos feitos em grupos de trabalho (comunitários e instituições) para a construção do plano de trabalho na fase II do projeto Almeirim Sustentável. Instituições que estiveram presentes na reunião técnica preparatória e no seminário foram o IFT e Imaflora, o Fundo Vale, o Instituto Peabiru, o Grupo Orsa, a Fundação Orsa, a SEDUC/PA, a Emater, o Banco do Brasil, a Ceplac, a Adepará, a SEMA/PA, a Prefeitura de Almeirim, as Secretarias de Agricultura, Meio Ambiente, Educação e Desenvolvimento Econômico; o STTR e a Igreja Católica. Representantes de inúmeras comunidades de Almeirim, incluindo a presença das principais lideranças comunitárias do município, estiveram presentes ao seminário. Os principais itens originados da discussão em Grupos de Trabalho construídos neste Seminário estão representados em um diagrama no final desta seção.

ORGANOGRAMA METODOLÓGICO

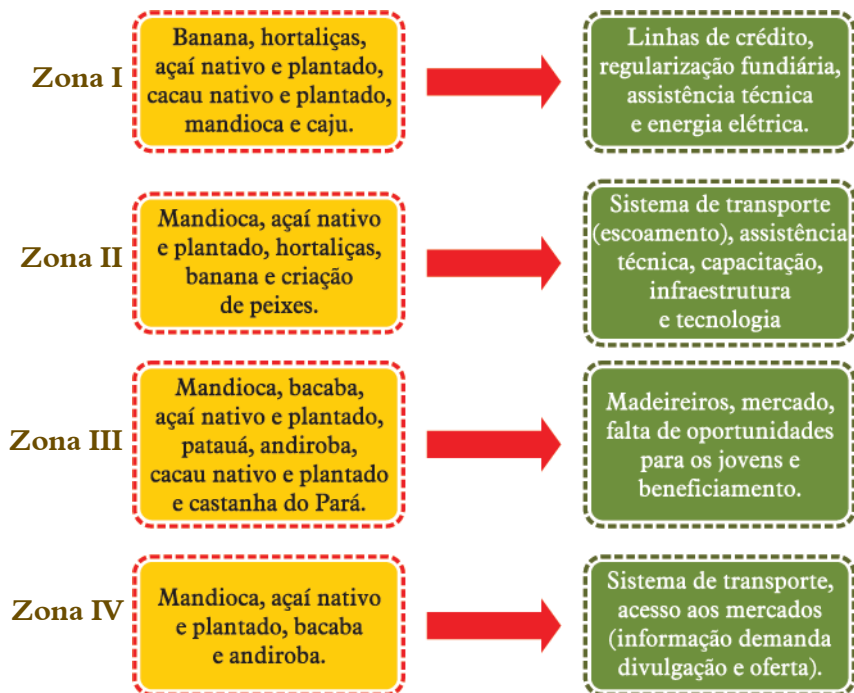


RESULTADOS OBTIDOS NA DINÂMICA DE GRUPOS – SEMINÁRIO

PERGUNTAS AOS GRUPOS DE TRABALHO (COMUNIDADES ORGANIZADAS POR ZONAS)

1. Quais produtos agrícola e florestais as comunidades possuem interesse em desenvolver?

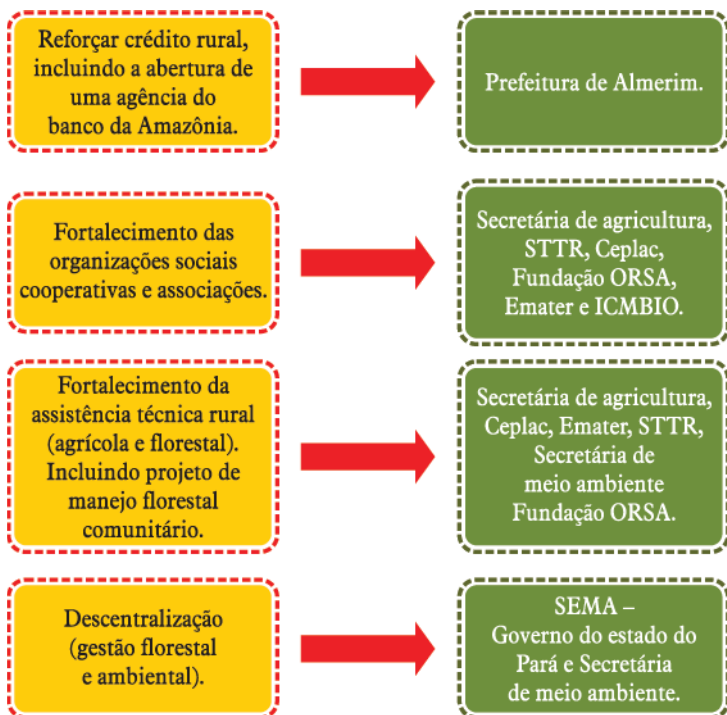
2. Quais as principais limitações para o desenvolvimento destes produtos?



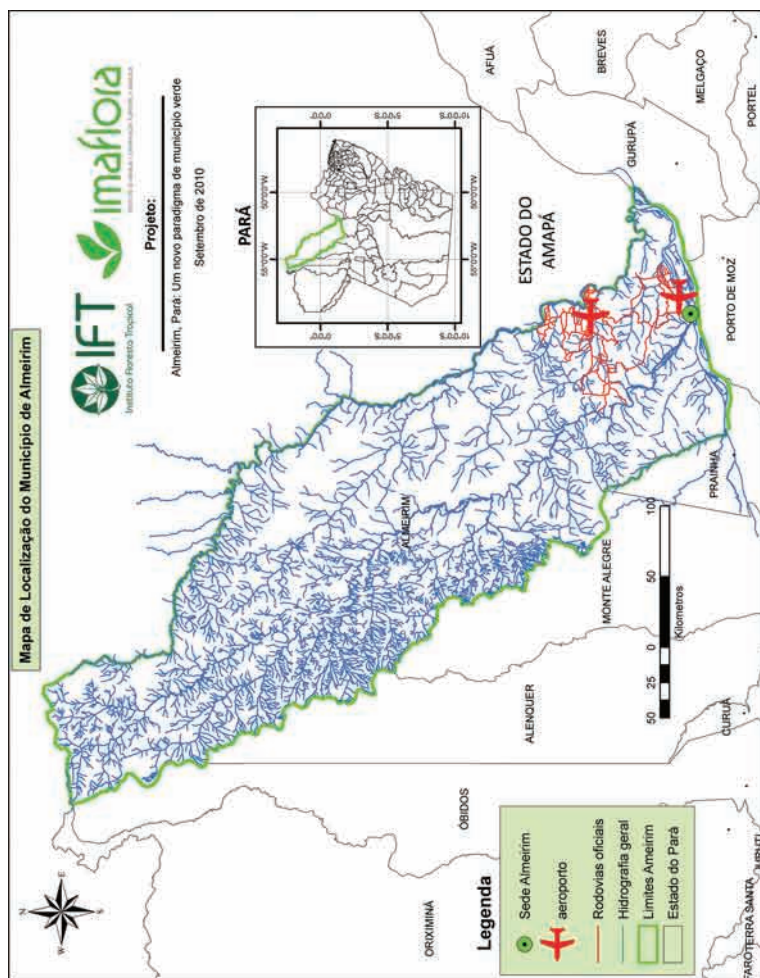
PERGUNTAS AOS GRUPOS DE TRABALHO (INSTITUIÇÕES)

1. Baseado em seus conhecimentos sobre o município e nos resultados do diagnóstico sócio-econômico, quais ações podem ser desenvolvidas para fortalecer as cadeias de produtos florestais e agrícolas?

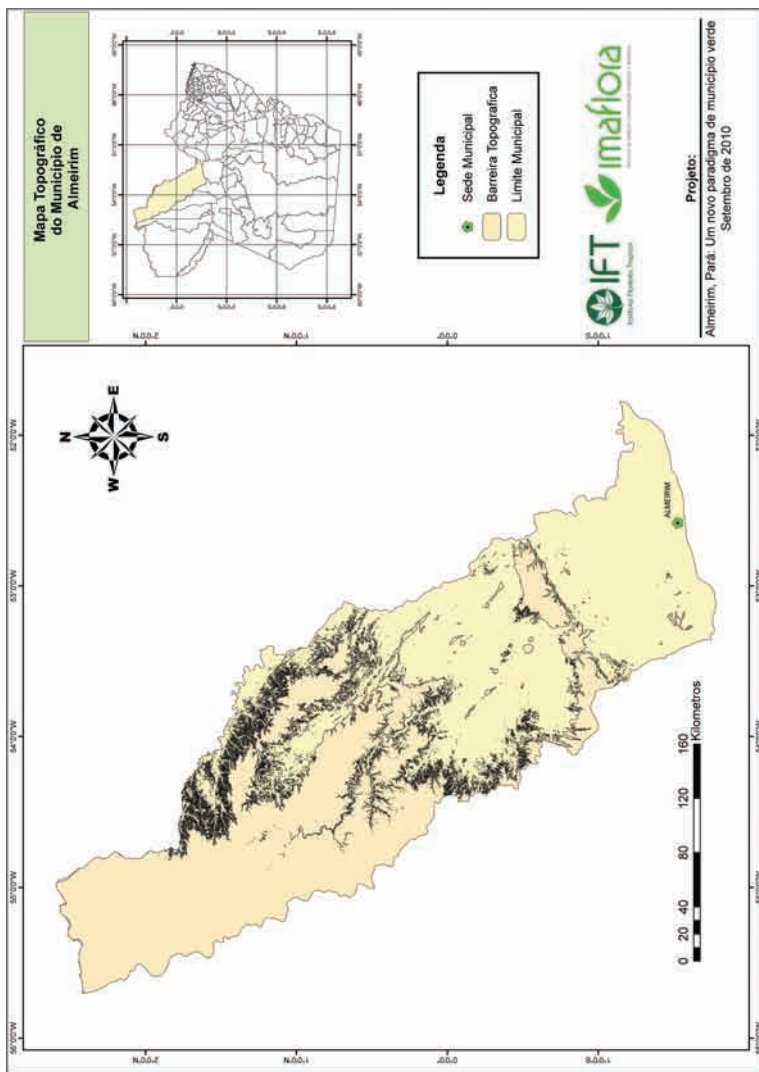
2. Que ações cada organização/instituição poderia desenvolver para apoiar? (Quem se responsabiliza?)



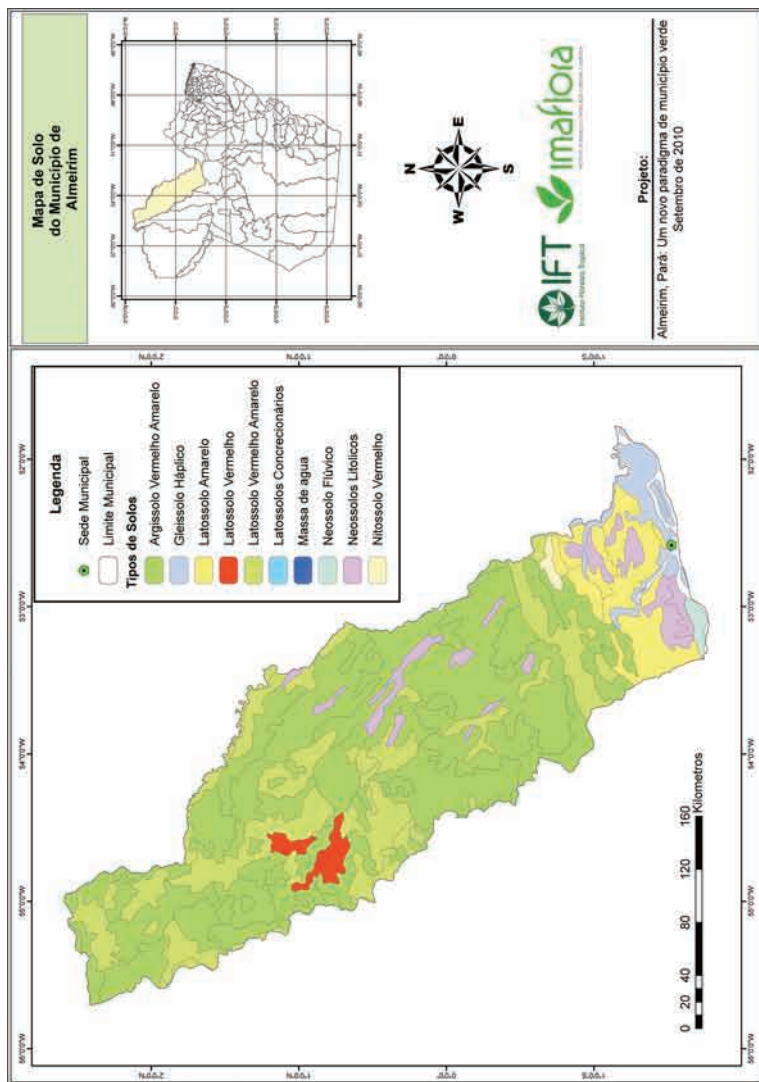
Anexo 2. Mapa de Localização Municipal



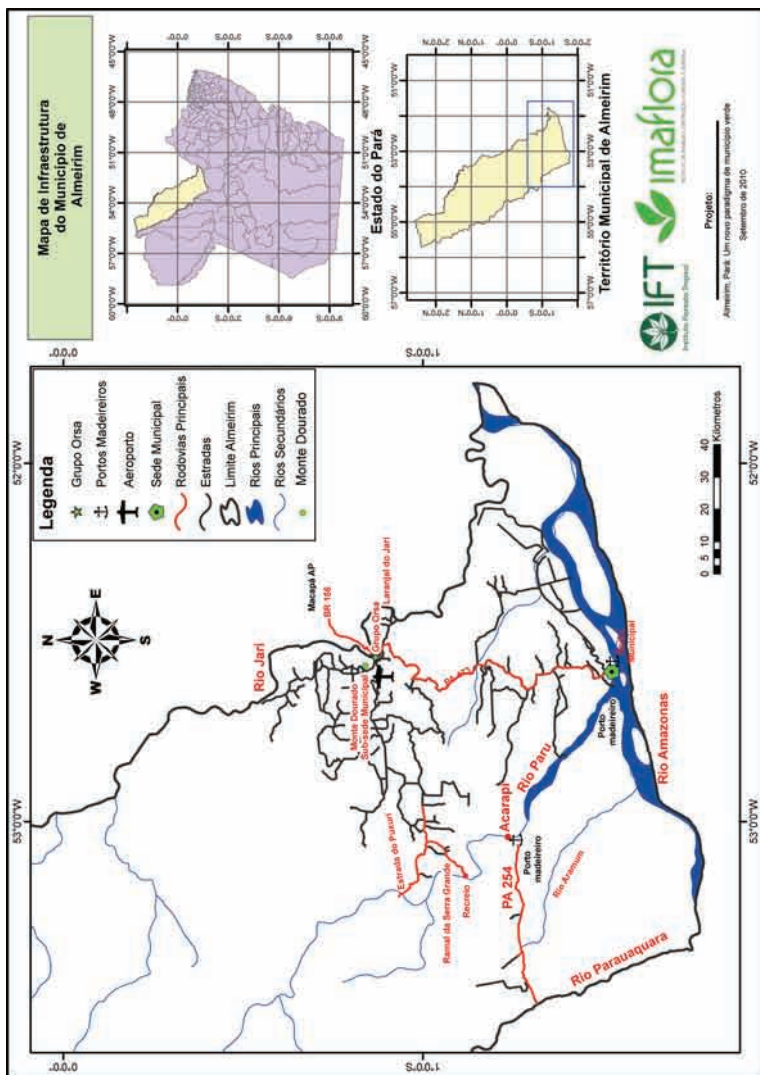
Anexo 3. Mapa Topográfico de Almeirim



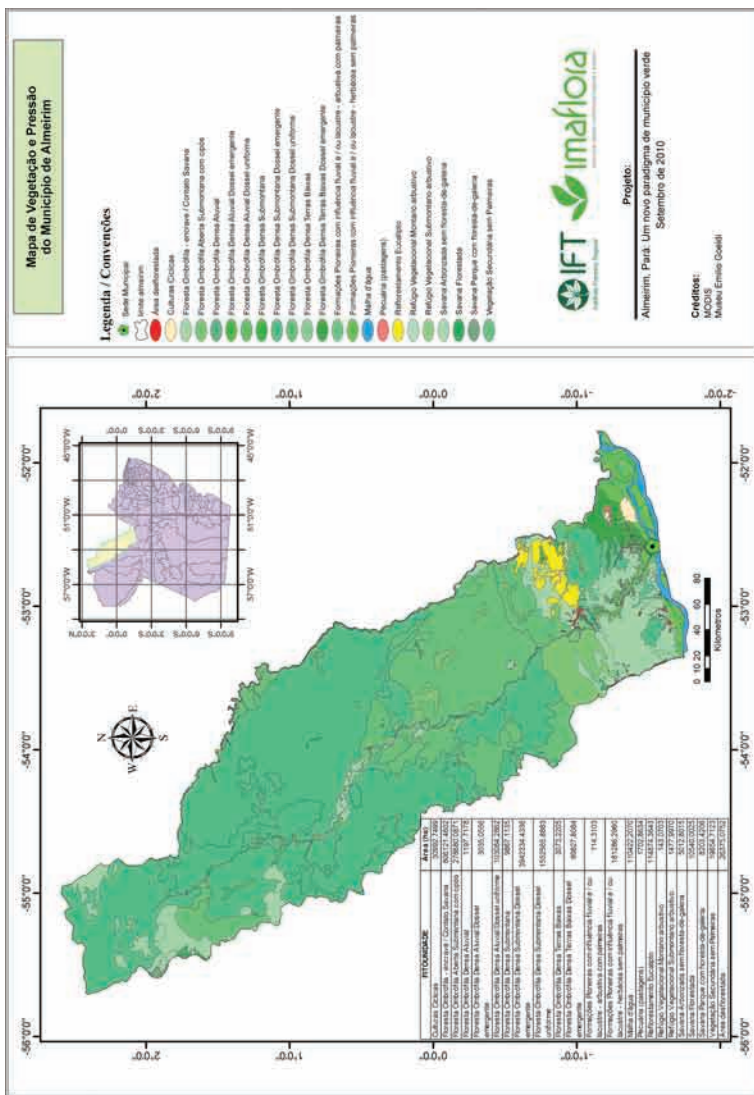
Anexo 4. Mapa de Solos de Almeirim



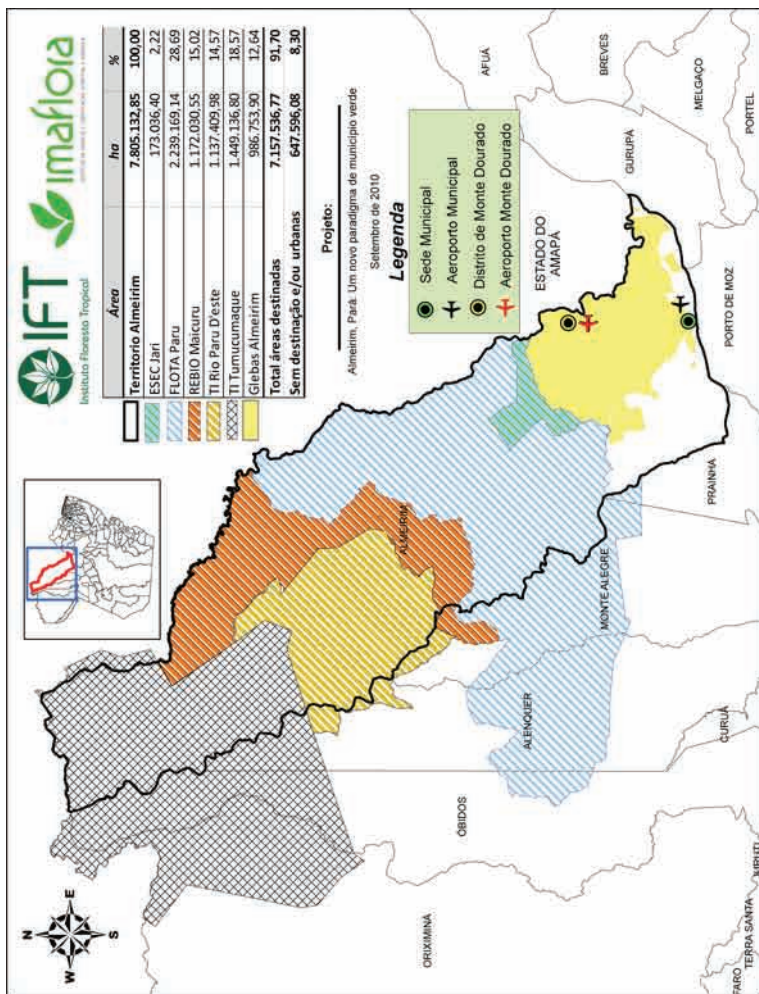
Anexo 5. Mapa de Infra-Estruturas de Almeirim



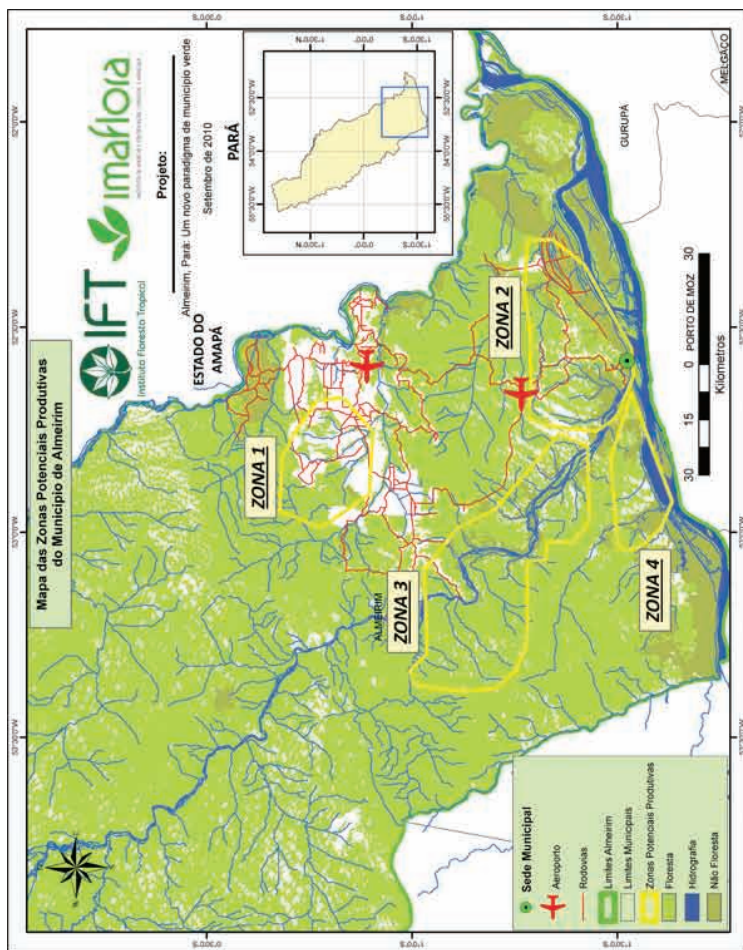
Anexo 6. Mapa de Vegetação e do Uso do Solo do Almeirim



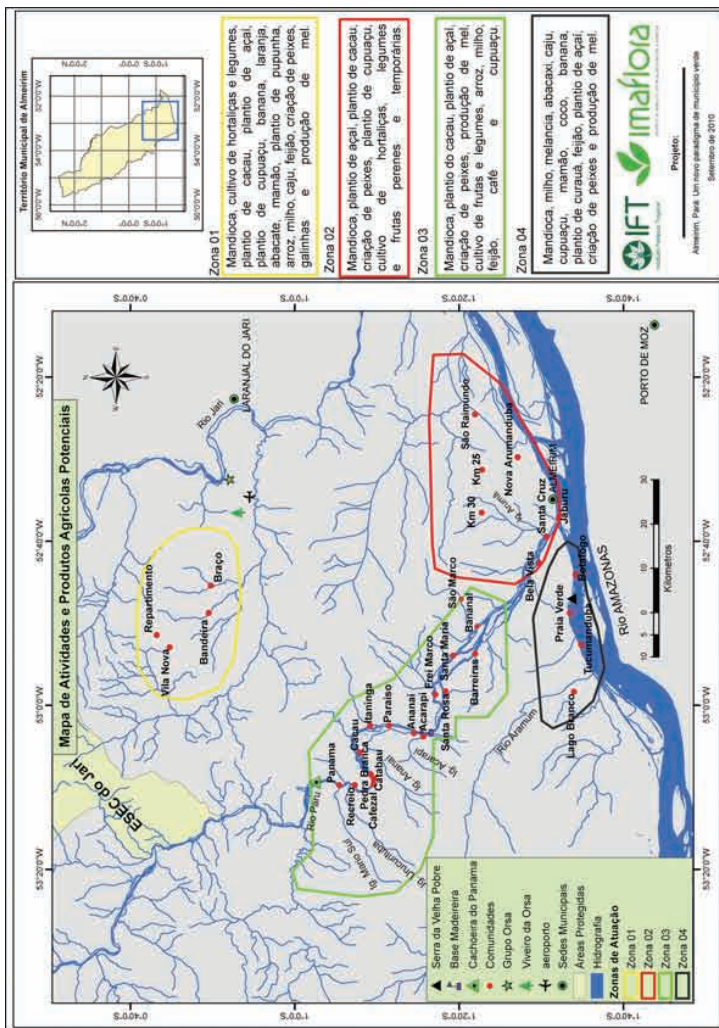
Anexo 7. Mapa Fundiário de Almeirim



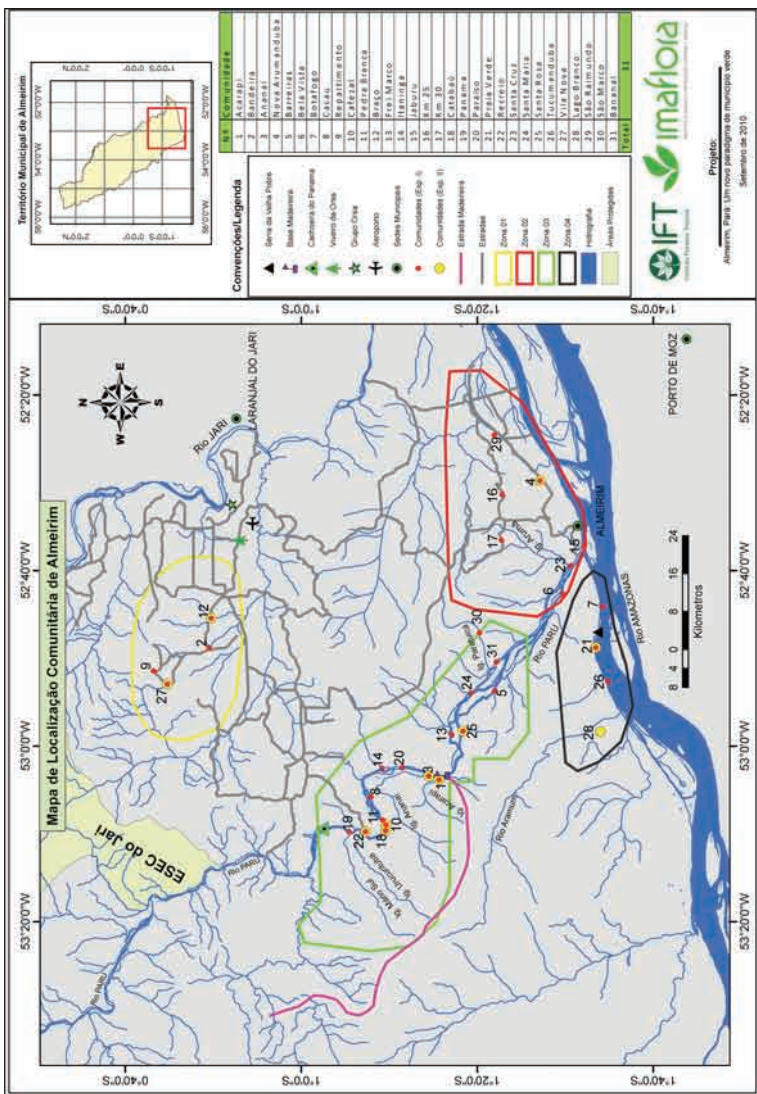
Anexo 8. Mapa das Zonas Potenciais Produtivas Comunitárias de Almeirim



Anexo 10. Mapa do Potencial Agroflorestal das Comunidades Rurais de Almeirim



Anexo 11. Mapa de Localização Comunitária de Almeirim



FUNDO VALE

O projeto *Almeirim Sustentável: um novo paradigma de município verde* nasceu da necessidade de estabelecer novos modelos locais de desenvolvimento no interior da Amazônia. Esta iniciativa audaciosa foi forjada em 2009 pelo Instituto Floresta Tropical (IFT) e pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), que juntos formam uma importante coalizão independente para o manejo de recursos agroflorestais na Amazônia oriental. O projeto foi prontamente apoiado pelo Fundo Vale, e busca catalisar ações para que a própria sociedade Almeiriense encontre seu caminho, baseado em suas próprias escolhas e vocações, em direção ao desenvolvimento sustentável.

Este diagnóstico é a primeira etapa que o IFT, o Imaflora e o Fundo Vale propõem nesta jornada. Visa socializar informações coletadas por equipes de especialistas junto a produtores, comunitários, empresários, representantes do governo local e sociedade em geral de Almeirim para subsidiar a discussão de qual são as melhores ações para aliar a conservação ambiental e o desenvolvimento de forma justa e paritária.



IFT - Instituto Floresta Tropical
Rua dos Mundurucus, 1613 – Jurunas
Belém - Pará - Brasil • CEP: 66025-660
Tel.: +55 (91) 3202-8300 • FAX: +55 (91) 3202-8310
www.ift.org.br



Imaflora - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
Estrada Chico Mendes, 185 - Cx. postal 411
Piracicaba - São Paulo - Brasil • Cep: 13426-420
Tel.: +55 (19) 3429-0800
www.imaflora.org

ISBN 978-85-63521-01-9

